

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**QUESTÃO DE GÊNERO: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS
CRIANÇAS E ADOLESCENTES DOS PROJETOS CRIANÇA CIDADÃ
E AÇÃO JOVEM**

Daniela Aragoso Costa
Jacqueline Monteiro dos Santos
Patrícia Nicolau Barreto
Vanessa Rosa de Souza

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**QUESTÃO DE GÊNERO: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS
CRIANÇAS E ADOLESCENTES DOS PROJETOS CRIANÇA CIDADÃ
E AÇÃO JOVEM**

Daniela Aragoso Costa
Jacqueline Monteiro dos Santos
Patrícia Nicolau Barreto
Vanessa Rosa de Souza

Monografia apresentada como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Professora Márcia Heloísa de Oliveira .

Presidente Prudente/SP
2008

**QUESTÃO DE GÊNERO: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS
CRIANÇAS E ADOLESCENTES DOS PROJETOS CRIANÇA CIDADÃ
E AÇÃO JOVEM**

Monografia aprovada como requisito
parcial para obtenção do Grau de
Bacharel em Serviço Social.

Profa. Márcia Heloísa de Oliveira
Orientadora

Examinador

Examinador

Presidente Prudente/SP, ____ de _____ de 2008.

Dedicamos o presente estudo à memória de Regina dos Santos Araújo.

[...] o Serviço Social requer olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua criação, desenvolvendo um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização do compromisso ético-político com interesses coletivos da população usuária.

Marilda Yamamoto

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que se faz presente em todos os momentos de minha vida, amparando-me e guiando-me nos momentos mais difíceis, dando-me forças para enfrentar as inúmeras barreiras deste mundo e acima de tudo por tornar real, mas este sonho, a conclusão deste curso.

Aos meus amados pais, Ilma e Hamilton, razão da minha essência, por todo o carinho, atenção e amor dispensados a mim, pessoas de caráter inigualável, que me ensinaram o real significado da vida, incentivando-me e apoiando-me em todos os momentos. Sempre serei grata a tudo. Amo vocês!

As minhas dedicadas avós, Beatriz e Ismênia, pela força, carinho, atenção, zelo e amor que tem comigo, contribuindo assim, para o meu crescimento pessoal, sendo estas de suma importância na concretização de mais esta conquista.

Aos meus carinhosos avôs, Luiz e João, pois mesmo que já não estejam mais presentes no mundo terreno, estão vivos em minha memória e em meu coração, pois não importa onde eles estejam, sei que sempre estarão zelando por mim.

Ao meu querido irmão, Luis Guilherme, pela sua amizade e pelo carinho que teve comigo, ajudando-me a superar mais está barreira.

Ao meu extraordinário namorado, Gabriel, pela sua paciência, calma, apoio, dedicação, confiança, carinho e amor incondicional, sendo um excelente companheiro, compreendendo-me nos momentos em que estive ausente, fazendo desta forma com que me sentisse mais confiante, e por esse motivo quero mais uma vez demonstrar uma quantia, mesmo que mínima, do amor que sinto por você.

A todos meus familiares, pelo incentivo, carinho e apoio, motivando-me e ajudando-me a superar os obstáculos desta longa jornada, em especial a minha tia/madrinha, Sônia e meu tio Paulo, pelos conselhos, pelo apoio e acima de tudo por acreditar em meu potencial, obrigada por tudo!

A todos os meus amigos, sejam eles de infância ou mesmo aqueles que conquistei no decorrer desta caminhada, pela sinceridade e lealdade expressa através de vossas amizades.

As minhas supervisoras de estágio, que muito contribuíram para o meu crescimento profissional, ensinando-me sem restrição, tudo o estava ao vosso alcance.

Enfim, agradeço todas as pessoas que contribuíram, de forma direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho de conclusão de curso e também por aquelas que torceram pelo meu sucesso. Obrigado!

Daniela Aragoso Costa

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que se faz presente em todos os momentos da minha vida.

Ao meu pai José Luis dos Santos, que durante toda a sua vida foi um pai presente, sempre querido e amado por todos, pela sua alegria de viver e carinho eterno por sua família. Sempre te amarei papai.

À minha querida mãe Josefa e minha irmã e amiga Caroline pelo apoio e dedicação ao me ver formada, agradeço seu carinho e incentivo pelos meus estudos. Sempre presente em todos os momentos da minha vida, amo vocês.

Ao meu noivo Renan Giovanni, pela grande paciência nos momentos em que estive ausente, pelo grande apoio que sempre me deu nos momentos mais difíceis da minha vida e nos mais felizes também, pelo seu amor e carinho por mim.

Aos meus avós Adelina e Antonio, Laurinda e Francisco, pelo amor e carinho que sempre expressaram por mim, sempre me incentivando nos estudos.

A toda a minha família, meus tios (as), meus primos (as), que sempre acreditaram em mim em todos os momentos. Especialmente às tias Silvana e Regina, ao meu tio Gerson e meus maravilhosos e queridos primos Victor Hugo, João Gabriel, José Leonardo e João Pedro, a quem sempre amarei por toda a minha vida, pois onde estiverem estarão sempre guardados em meu coração.

A minha mais nova família que também torce por mim Sr° Adécio, Srª Suzete e seus filhos Renan, Ronaldo e Regis. Um grande abraço.

A minha madrinha Cinthia e padrinho Vlademir, e seus filhos Rodrigo e Adriana que mesmo longe sempre estiveram presentes em todos os momentos em meu pensamento. Amo vocês. Agradeço a Dona Irene e Sr Mario, pelo afeto e grande carinho por mim e minha família. Obrigada por tudo.

A todas as minhas amigas da faculdade de Serviço Social que me acompanharam sempre. Em especial para Fernanda, Stéfani, Daiane Estela, Daniela, Patrícia, Vanessa e minha grande amiga do Direito Lonise e sua irmã Loiane.

As minhas supervisoras de estágio Maria Inês que tão gentilmente aceitou ser banca do nosso trabalho de conclusão e sempre esteve presente durante todos os meus passos nesta caminhada e a minha também supervisora Janaina pela paciência, em me supervisionar durante todo o quarto ano de Serviço Social neste ano de 2008.

Jacqueline Monteiro dos Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, fonte infinita de amor, que esteve presente comigo em todos os momentos, me dando força para superar as inúmeras dificuldades, inspiração para tornar real esse trabalho de pesquisa, perseverança e sabedoria para buscar a realização de mais um grande sonho, que ELE por sua vez, tornou possível, a realização desse curso de graduação.

A minha mãe, mulher espetacular, a quem muito amo, que sempre me apoiou e me ensinou a não desistir dos meus ideais, renunciando os seus sonhos para tornar real os meus e principalmente por acreditar na minha capacidade.

Ao meu pai, pelo seu carinho e amor ao decorrer do curso.

A minha irmã, por ser uma mulher maravilhosa, por seu apoio moral e financeiro, que fez com esse sonho se tornasse possível, estando ao meu lado nos momentos que mais precisei..

A família Nicolau, tias e primas, que sempre demonstraram orgulho pela minha formação acadêmica. AMO VOCÊS.

Ao meu namorado, que é um presente especial de DEUS, homem surpreendente, companheiro e dedicado. Que me mostrou que um grande amor além de amar, torna-se cúmplice. A VOCÊ MEU ETERNO AMOR.

Ao Pastor Valter e sua esposa Rose, pelas inúmeras orações, e por se mostrarem sempre prontos a me ajudar. AVOCÊS MINHA ETERNA GRATIDÃO.

As minhas companheiras de busão, Tati e Gi, que demonstraram uma verdadeira amizade. A VOCÊS MEU ETERNO CARINHO.

Concluindo os agradecimentos não podia deixar de mencionar as minhas supervisoras de estágio, Rita e Salete, que tiveram um papel importantíssimo na minha formação e aos meus amigos do campo de estágio que eu conquistei. MEU MUITO OBRIGADO.

E a todos meus amigos e pessoas que torceram por mim.

Patrícia Nicolau Barreto

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar presente em todos os momentos da minha vida, me iluminando, dando força, e perseverança, sabedoria nos momentos difíceis.

Obrigado Senhor, por direcionar sempre o caminho certo a percorrer, e por fazer possível esse grande sonho se realizar.

Em especial, agradeço meus pais: Pedro e Denise, a quem merece toda a minha gratidão, admiração e respeito, pessoas espetaculares que não mediram esforços para a realização desse sonho. Graças a vocês aprendi o sentido da vida.

Obrigada pelo incentivo, carinho, apoio e compreensão nos momentos de aflições.

Não tem palavras para descrever o carinho e o amor que tenho por vocês.

A minha linda Avó Dair, que também está presente em todos os momentos da minha vida, contribuindo para que esse sonho se tornasse realidade.

Obrigada, pelo apoio, atenção carinho e afeto.

Ao meu Avô Vicente, que mesmo não estando presente nesta vida, estará sempre vibrando por minha vitória.

Ao meu amado namorado Cláudio, uma pessoa especial que Deus colocou na minha vida, estando sempre ao meu lado, me dando força, carinho e atenção, nos momentos de angústias, contribuindo para a realização desse sonho.

Ao meu grande amor, obrigada pela compreensão nos dias em que estive ausente, e por me fazer acreditar, que com o amor é possível vencer todas as barreiras, á você com todo o meu amor.

A minha querida supervisora de Estágio, Maria Cristina, um exemplo de profissional, que merece toda a minha gratidão e admiração, estando sempre ao meu lado, dando força nos momentos mais difíceis. Obrigada Cris, pela compreensão e atenção e por contribuir para a realização desse sonho e pela minha formação profissional.

As Educadoras Célia Lourdes e Sônia, pela amizade, carinho, e afeto, a minha gratidão a vocês, e obrigada por me ajudar na conquista desse sonho.

Aos meus familiares, que contribuíram direta ou indiretamente, na conquista desse grande sonho.

Aos meu amigos, pela compreensão nas minhas ausências, me incentivando sempre nessa caminhada.

Vanessa Rosa de Souza

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a nossa orientadora, Márcia Heloísa, pela paciência, sabedoria, profissionalismo e excelência em todos os comentários, transmitindo sempre tranquilidade e apoio para todo o grupo, fazendo-nos refletir sobre cada frase escrita, contribuindo de maneira decisiva para que este trabalho resultasse em tamanho sucesso.

A Assistente Social Maria Inês, pelo grande apoio, incentivo e compreensão, estando sempre disponível a nos ajudar, bem como aceitando o nosso convite para a avaliação deste trabalho de conclusão de curso, contribuindo desta forma para a realização deste estudo, acreditando sempre em nosso potencial, ajudando-nos a ultrapassarmos nossos próprios limites.

A professora Luci, por aceitar nosso convite, a estar avaliando este trabalho, pois acreditamos que a sua competência profissional e seus conhecimentos contribuirão com nossa formação acadêmica.

As crianças e adolescentes sujeitos desta pesquisa, pois sem eles não seria possível a realização deste trabalho, assim, foram de fundamental importância para que nosso objetivo fosse alcançado.

A todos os professores, que contribuíram para a formação do nosso conhecimento, dedicando-se sempre ao nosso aprendizado.

Agradecemos cada integrante do grupo, pela amizade, paciência, respeito, humildade e sinceridade que nos permearam durante essa escalada de conhecimento, lutando sempre juntas pelo mesmo objetivo, concluindo assim mais uma etapa de nossas vidas.

O Grupo

RESUMO

O presente trabalho constitui-se de uma análise bibliográfica, utilizando-se também da pesquisa de campo através da técnica grupo focal, discutindo a questão da violência de gênero em relação à mulher e seu reflexo nas crianças e adolescentes atendidos pelos projetos sociais: Criança Cidadã e Ação Jovem, localizados na zona norte da cidade de Presidente Prudente. Abordando as representações sociais frente à questão de gênero, as formas de violência e como estas se reproduzem, enfocando seus avanços e retrocessos. Destacando assim, o papel dos projetos sociais no que se refere a esta questão. Discutindo através de depoimentos de crianças e adolescentes desses projetos mencionados, a relação de subordinação e violência, vivenciadas pelas mulheres. Acreditando de extrema importância o aprofundamento dessa temática, para assim terem uma maior compreensão de atenção a essa demanda. Por fim, pontuamos a importância da participação do trabalho do assistente social inserido nestes projetos, para assim buscar possibilidades ao enfrentamento frente a essa problemática.

Palavras-chave: Representação social. Questão de gênero. Violência Social. Violência Intrafamiliar. Política Pública. Criança e Adolescente. Centro de Referência da Assistência Social. Projeto Criança Cidadã e Ação Jovem. Assistente Social.

ABSTRACT

This work is itself a literature review, is also using the search field by the technique of focus group, discussing the issue of gender violence in relation to the woman and her reflection in children and adolescents attended by the social projects: Child Citizen and Youth Action, located in the northern city of President Prudente. Abordando social representations before the issue of gender, forms of violence and how they reproduce, focusing its advances and setbacks. Thus highlighting the role of social projects in regard to this questão. Discutindo through testimonies of children and adolescents of these projects mentioned, the relationship of subordination and violence, experienced by women. Believing extremely important to deepen this issue, in order to gain a better understanding of attention to that demanda. Por end, scoring the importance of participation by the work of social inserted in these projects, so look for opportunities to confront face to this problem.

Key-words: Representation social. Questão of gender. Violence Social. Violência Intrafamiliar. Política Pública. Criança and Adolescents. Reference Center for Social Assistance. Project Child Citizen Action and Social Jovem. Assistente.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A QUESTÃO DE GÊNERO UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E CULTURAL.....	14
2.1 Representação Social	14
2.2 Conceito de Gênero	15
2.3 Da Violência	24
2.4 Violência de Gênero.....	26
2.5 Violência Social.....	29
2.6 Violência Intrafamiliar	33
3 A POLÍTICA E O PAPEL DOS PROJETOS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO DE GÊNERO	35
3.1 Política de Atenção à Criança e ao Adolescente e suas Ações Sócio Educativas	38
3.2 Os Projetos Sociais e Relação de Gênero	44
4 O ESPAÇO E O SUJEITO DA PESQUISA	48
4.1 Gênero enquanto Categoria de Análise	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
ANEXOS	66

1 INTRODUÇÃO

No presente estudo monográfico, abordaremos a questão da violência de gênero em suas determinadas dimensões, articulando com esta, reflexões de crianças e adolescentes.

A escolha desse tema surgiu por nossas indagações a respeito de como a violência de gênero é vista e entendida pelas crianças e adolescentes. O público alvo da pesquisa foram as crianças e adolescentes que participam dos projetos sociais Criança Cidadã e Ação Jovem, realizados no Centro de Referência de Assistência Social, localizado na Zona Norte do município de Presidente Prudente.

É de amplo conhecimento que esse é um problema que atinge toda a sociedade e que apresenta um alto grau de agressões principalmente contra o sexo feminino.

O objetivo deste trabalho é elucidar o conceito social do gênero feminino, analisando a conquista de seus direitos e o que ainda precisa ser conquistado e identificando o papel dos projetos sociais no que se refere a esta questão, os reflexos destes sobre crianças e adolescentes, bem como a participação dos assistentes sociais dentro destes projetos.

O presente trabalho utilizou-se de pesquisa bibliográfica, bem como pesquisa de campo, para a qual usou-se a técnica de grupo focal, destinado a tecer discussões no trato da violência de gênero, refletida no público infanto-juvenil. Buscou-se, no decorrer deste trabalho, problematizar questões referentes ao gênero, tais como: a existência grupos de discussão com as crianças e adolescentes dentro dos projetos sociais, enfocando essa questão, bem como quais podem ser as contribuições do Assistente Social frente tal demanda.

Na busca de responder tais questionamentos, formulamos algumas hipóteses que foram norteadoras deste estudo, como: possíveis diferenças entre os projetos sociais, pois abrangem contextos históricos diferenciados, fazendo assim com que a questão de gênero seja reproduzida de diversas formas e nessa perspectiva o Assistente Social é um profissional que exercita um papel relevante, fundado em um posicionamento contrário a todo e qualquer tipo de violência.

Primeiramente, serão abordados a questão da representação social de gênero, seu conceito e as diversas formas de violência que atingem a mulher, especificando-se as características da violência social e intrafamiliar.

Por conseguinte, este estudo destina-se à análise das políticas públicas referentes à questão de gênero e do papel dos projetos sociais no enfrentamento dessa questão, articulando-os com a política de atenção à criança e ao adolescente através de ações sócio educativas.

Em seguida, serão analisados o espaço e os sujeitos da pesquisa, descrevendo historicamente o espaço onde ocorreu a pesquisa e apresentando, em linhas gerais os sujeitos (crianças e adolescentes) com os quais foi feita a pesquisa. Neste capítulo também serão apresentados os projetos sociais objeto deste estudo. A questão de gênero enquanto categoria teórica de análise, foi igualmente considerada, já que é nela que se afirmarão as considerações feitas.

As considerações conclusivas foram baseadas na certeza da necessidade de maiores discussões voltadas para análise da violência contra a criança e o adolescente, em especial àqueles do gênero feminino, ressaltando a importância do Assistente Social diante dessa questão.

2 A QUESTÃO DE GÊNERO: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E CULTURAL

Discutir a questão de gênero é entender que a mesma envolve determinantes históricos, sociais e culturais da construção e reconstrução da sociedade. Para a sua compreensão serão abordados neste capítulo: o significado da representação social e a questão de gênero, as formas de violência expressas nesse contexto, seu real significado e os danos que podem causar nas vítimas.

2.1 Representação Social

Para haver compreensão da questão de gênero se faz necessário entendermos que ela é produto das representações sociais criadas pelos homens, não sendo, dessa maneira, naturais dos seres humanos, mas, sim posta socialmente. Desse modo pode-se configurar a possibilidade de transformação desses preceitos que são característicos de cada período histórico, de maneira particular.

Representação Social designa uma forma específica de conhecimento, o saber senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais, socialmente marcados. Mas amplamente, designa uma forma de pensamento social. As representações são mobilidades de pensamentos práticos orientados a comunicação, compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tais, elas apresentam características específicas no plano de organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica. (JODELET, 1984, p. 32).

Desse modo, pode-se dizer que a representação social é um conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, uma ação simbólica de um sujeito em relação ao mundo, uma produção social, que se reflete no âmbito individual.

Essa representação repercute no íntimo do indivíduo porque este sofre constantes influências da sociedade que lhe impõe, de maneira indireta, valores de cunho social, moral, religioso, cultural, etc, Esses valores o afetam diretamente e de tal modo, que o indivíduo passa a reproduzir esses padrões. Deve-se considerar que

esses valores são necessários aos homens, pois eles atuam de maneira a estabelecer a ordem na sociedade e a possibilitar o convívio social.

Entretanto, a forma como sociedade assimila essas representações sociais podem ser tanto positivas como negativas. Quando repercutidas de modo negativo, o indivíduo pode ser influenciado por idéias de exploração-dominação, como é o caso da questão de gênero, algo materializado pelos homens que estabeleceram um papel de submissão da mulher, primeiro ao pai, depois ao marido, algo que foi considerado não passível de questionamento, posto e aceito até a metade do século XX, como natural do sexo dito frágil.

Nesta pesquisa estudar-se-á a representação social que as crianças e adolescentes, em processo de formação pessoal e social, reproduzem quando de suas atividades nos projetos sociais: Criança Cidadã e Ação Jovem, no município de Presidente Prudente.

2.2 Conceito de Gênero

Desde os primórdios da evolução das civilizações o conceito de gênero influenciou o modo como as pessoas se relacionavam. Os casamentos nas famílias, aristocrata e camponesa, eram feitos através de acordos, com o único objetivo de acumular propriedades. Não havia livre escolha, ambos concordavam com o casamento, a mulher não tinha direito de opinar e era vista como mercadoria.

Após o casamento, a função das mulheres era primeiramente ter filhos e organizar a vida social. As mulheres não se relacionavam afetivamente com os filhos e nem os educavam. As crianças eram entregues à criadagem para os cuidados necessários, logo após o nascimento.

Mais tarde, a família burguesa estabeleceu algumas mudanças nesses padrões, que influenciaram a questão na contemporaneidade.

O valor de escolha conjugal é uma delas. O homem e a mulher começam a se unir pelo amor, as mães passam a desempenhar cuidados com os filhos, contrariando os interesses e costumes de seus pais. Ocorre também a repressão sexual feminina, pois a sexualidade passa a ser controlada, principalmente a das mulheres, que passam a ser apresentadas como seres

assexuados e criaturas angelicais. "Freud chamou a isso a preamar da repressão sexual". (POSTER, 1979, p.187)

A virgindade passou a ser a chave desse controle. Anteriormente, na família aristocrata e camponesa, o sexo que era ilimitado, passou a ser guardado pelas mulheres burguesas até o casamento e assim elas deveriam se desfazer de seus desejos sexuais.

Para o gênero masculino dessa classe, o sexo estava divorciado aos sentimentos de ternura e era realizado como uma conquista de mulheres da classe inferior. A prostituição era requerida pelos homens burgueses.(POSTER, 1979, p.187)

Como em nenhum outro período da história, a classe burguesa lutou esforçadamente para manter esse controle sexual, havendo essa separação entre amor e sexo, mas existindo um claro privilégio para o gênero masculino.

A submissão era aceita pelas mulheres e pode ser vista como um fato milenar e universal e compreendida como a primeira forma de violência contra a mulher, por obrigá-la a cumprir as vontades designadas pelo gênero masculino.

A partir do século XVII, com o surgimento do capitalismo e o alvorecer da modernidade, é que os padrões de subordinação passaram a ser repensados.

No começo do século passado, a submissão era percebida claramente entre as mulheres, mas a partir da sua metade, ao lutar por seus direitos através dos movimentos feministas, elas conquistaram maior autonomia. A doutrina do movimento feminista prioriza a igualdade dos sexos e a redefinição do papel da mulher na sociedade, debatendo as desigualdades vividas por elas nos padrões do patriarcado.

Através desse movimento floresceu uma consciência crítica, materializada em ações, lutas e manifestações, como forma de buscar sua emancipação.

A raiz desse movimento está presente no longo processo de conscientização que ajudou as mulheres a reverem seu papel marcadamente de inferioridade em uma sociedade predominantemente masculina.

Segundo Brandão (1994, p. 6):

O surgimento dessa consciência feminista, por sua vez, é um processo coletivo que se sustenta no interior das relações de gênero, e que se

materializa nas práticas sociais, tanto em nível das relações homens – mulheres e mulheres - homens.

Inicia-se assim, uma ampla discussão sobre a relação de gênero, contra a autoridade machista, no sentido de romper com a visão que naturaliza as relações estabelecidas entre os distintos sexos a partir de explicações de natureza biológica.

Trata-se de um processo ativo, ou seja, de um processo que se deve tanto à nação humana como aos condicionamentos. Os condicionamentos econômicos, sociais, políticos e culturais determinam os níveis de consciência de gênero, possíveis em determinado momento na história. (THOMPSON, 1987, p. 9).

Estudos são elaborados sobre essa relação, que começam a debater os papéis, feminino e masculino, e a evidenciar a igualdade dos dois sexos.

A partir dessas lutas as mulheres foram conquistando seu espaço no mercado de trabalho mas, mesmo nesta perspectiva, elas ainda estão imbuídas de valores tradicionais em relação a seus direitos e deveres.

A partir dos anos 1980, começa a se questionar o olhar dado à mulher na representação dos seus papéis sociais e estudos relacionados à juventude passam a elucidar a importância da mulher. Segundo McRobbie (1996, p. 62):

Há uma crítica a ser feita sobre os estudos sobre a juventude que se focam sobre o aspecto violento das subculturas (questão de gênero) e assim as mulheres tendem a ser excluídas. Os estudos geralmente são embasados pelas práticas, valores e preocupações masculinos e quando as mulheres são lembradas geralmente suscitam papéis mais inofensivos ou a respeito da sexualidade permissiva.

Ao falar em gênero busca-se destacar o sexo, para posicionar socialmente os seus papéis, construindo padrões de comportamento que, acredita-se serem adequados para homens e mulheres de cada idade, limitando assim que, o gênero é a construção social do masculino e do feminino.

Desde a infância são passados valores e representações sobre a questão de gênero. A forma de educar dos pais e os valores passados pela sociedade atribuem a formação dos “papéis sexuais”, de forma que os pais passam para os meninos a cobrança para sempre serem fortes, valentes. A sociedade por sua vez lhes cobra comportamentos de estética agressiva, atividades violentas, serem “garanhões” (conquistar muitas mulheres para demonstrar a sua virilidade),

que não podem perder a chance de ficar com uma menina bonita, atraente e que, quanto mais ficarem melhor. Em contrapartida os valores passados às meninas são diferentes, como: serem frágeis, estudiosas, delicadas, cuidadosas e preparadas para cuidar do lar, para que futuramente sejam boas esposas.

Mesmo sabendo que esse cenário de regra imposto a elas é resultado de uma construção histórica, o próprio gênero feminino estabelece essas diferenças nos comportamentos, de maneira que passam a reproduzir o padrão tradicional principalmente no que respeita à liberdade sexual: a sexualidade feminina é algo a ser preservado e a do menino a ser exercida.

Elas continuam sendo vistas como seres frágeis que necessitam de cuidados. Segundo Brandão (1994, p. 91):

Para a menina boa-moça as exigências sociais são diferentes daquelas esperadas de um menino bom-moço. Para ela, desde muito cedo, as atribuições se referem a toda uma constelação de valores e atitudes que reafirmam de forma constante o seu destino biológico: a maternidade. Dentro dos padrões de conduta previstos para a futura mulher / esposa / mãe. Para tanto, exige-se um demorado aprendizado sobre como se conduzir apropriadamente - é preciso andar direito, "andar na linha" para não ficar falada.

Mesmo avançando e rompendo certas tradições como "casar virgem", ter um único parceiro, há uma certa mudança dos papéis femininos, de maneira que, se antes as mulheres deveriam se resguardar de todos os seus prazeres, hoje, mesmo em meio à tentativa de censura dos desejos femininos, as mulheres passam a investir em relacionamentos curtos como o "ficar", "rolinhos" e se der certo um possível namoro. Mas, mesmo sendo desse modo há "busca de romances estáveis" considerados pelo sexo feminino como ideais.

As mulheres desde a adolescência ainda são cobradas para não se relacionarem com diversos parceiros. "Ficar" com vários meninos é sinônimo de promiscuidade, ela não pode ser fácil e ainda há a necessidade de um jogo de sedução. Ao não se enquadrarem nesses padrões, lhes são atribuídas designações pejorativas, como por exemplo, "galinha". Assim sendo, pode-se observar que, mesmo avançando as práticas de convivência, ainda há um grau de cobrança mais elevado ao gênero feminino. As meninas têm consciência que a sociedade cobra delas comportamentos mais adequados a certos padrões morais do que os relativos aos meninos.

Os encontros sexuais são vistos como desvios no caminho para um relacionamento amoroso definitivo [...] Entretanto, neste momento, a procura do amor romântico não significa mais o adiamento da atividade sexual até que o relacionamento desejado apareça. Fazer sexo com um novo parceiro pode ser o início do encontro fatídico buscado, mas mais provavelmente não é. (GIDDENS, 1992, p. 60)

Segundo Frith (1984, p. 12), “a juventude do gênero feminino é muito diferente do gênero masculino ao ponto que as normas de comportamento se diferem entre rapazes e moças”. Enquanto os meninos têm tempo livre para brincar com os amigos, jogar bola, sair em barzinhos para se distraírem, as meninas, desde cedo, têm a tarefa de ajudar nos serviços domésticos. Para as moças são atribuídos horários para chegar em casa e há sempre a recomendação para não exercerem a vida sexual.

A vontade, inculcada na mulher desde cedo, de ganhar a sua independência financeira, faz com que cada vez mais as adolescentes passem a ser incluídas no mercado de trabalho. Essa inclusão acaba sendo benéfica e ajuda a construção de sua identidade social, mas passa a limitá-la a ocupar lugares próprios das culturas juvenis, remetendo assim a uma falsa emancipação, pois ela passa a não viver sua adolescência uma vez que lhe são atribuídos papéis não inerentes à sua idade.

Difícilmente vemos nessas associações juvenis o papel presente do gênero feminino, enquanto aí predomina o sexo masculino em evidência.

Há necessidade também de se refletir sobre a questão de gênero e seus papéis sociais no âmbito educacional, pois é na vida escolar que, grande parte dos valores sociais são construídos e reconstruídos historicamente, entendendo-se que é na escola que se encontra o processo de construção da identidade social do ser humano. Dessa forma, faz-se necessária a discussão e reflexão dos valores postos pela sociedade, para que seja fomentada a importância das representações sociais construídas no âmbito familiar.

A partir da década de 30, a antropologia passou a se interessar em estudar esses papéis sociais, enquanto construção do masculino e do feminino, não sendo limitado somente na relação entre os homens e mulheres, mas aos animais, as raças, etnia e a própria natureza.

Segundo Thompson (1987, p. 84):

Há uma íntima ligação entre relações de gênero e classe para si, e o processo de construção de uma consciência de gênero pode ser entendido nos termos de consciência de classe. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses se diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.

Como podemos observar há uma íntima ligação entre relações de gênero e classe para si, pois, ambas possuem particularidades equiparadas entre si.

Para que seja debatida a questão de gênero no âmbito educacional, é necessário que haja adaptações na linguagem, para que a mesma se apresente de forma fácil e acessível, seja através de textos, de debates, de aulas expositivas, de oficinas pedagógicas que possam revelar a importância da discussão desse tema.

É importante deixar claro que o conceito gênero não explicita a desigualdade entre homens e mulheres. Como se trata de uma construção histórica, essa desigualdade existe a partir do momento em que essa distinção passa a expressar a subalternização e a inferioridade da mulher e a conseqüente importância social do homem evidenciando-se, dessa forma, um padrão de dominação.

É bom ressaltar que essas relações sociais de gênero se demonstram distintas em cada fase de vida, ou seja, valores atribuídos aos jovens passam a ser diferentes na fase adulta e na maturidade.

Deve-se trabalhar na perspectiva de uma educação intercultural, buscando a quebra desses valores universais arraigados na sociedade capitalista que geram tabus e elevados graus de pré-conceitos caracterizados pela opressão da mulher e expressos por uma cultura que reproduz o antigo patriarcado.

Dessa forma, se faz perceptível a influência masculina e a quase anulação do sexo feminino que, mesmo com a conquista do um espaço no mundo do trabalho, antes ocupado somente pelo homem, está sujeito à discriminação, recebendo salários inferiores, mesmo quando ocupa a mesma função ou cargo.

Em relação à juventude ainda são muito escassas as discussões no que se refere à questão de gênero, pois ainda não há uma preparação dos educadores e das instituições, apresentando certo descaso sobre o tema.

A Constituição Federal de 1988 assegura, em seu artigo 5º e inciso I :

[...]

Art. 5.º Todos são iguais perante lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros natos e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade e à segurança, à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

[...]

Através do conceito de gênero pode-se observar que há uma irrelevância de tal determinação constitucional. Essa é uma expressão abrangente que define a relação entre homens, mulheres, animais a partir da observação da natureza na qual o macho sempre predomina.

A questão de gênero se efetiva da mesma forma como são efetivadas outras formas de distinção social como etnia, raça, classe, culturas gerações. Essa distinção tem como objetivo, sem dúvida, o exercício do poder uma vez que supõe sempre desigualdade e submissão de um pólo ao outro.

Essa questão se reflete na forte presença dos preconceitos, de que constantemente são vítimas aqueles que se encontram no lado determinado socialmente para ser inferior .

Neste trabalho fica determinado que quando ele se refere à violência estará referindo-se à violência do homem contra mulher. Quanto à violência da mulher contra o homem, embora algo inusitado, nada a impede mas esse tipo de violência não é objeto desta pesquisa.

Estudos recentes sobre os papéis sociais do feminino e do masculino, têm procurado evidenciar a igualdade dos dois gêneros.

O processo histórico construído das relações de gênero contribuiu para que John Scott (1990, p. 15) produzisse um conceito de gênero, segundo o qual “é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas relações de poder percebidas entre os sexos, e o gênero é a forma primeira de significar as formas de poder”.

A questão de gênero tem que ser analisada como algo que destaque não só o sexo, mas que se insira na multiplicidade das diferenças em relação à raça, crença, classe social e cultural. Ao se reconstruir o percurso histórico das relações de gênero é necessário problematizar e discutir a formação de uma nova carga de valores e uma nova argumentação acerca do tema.

Ao falarmos em gênero não percebemos que seja algo tão abrangente nas suas relações. Por exemplo, a questão de gênero repercute, também de forma negativa, na vivência da raça negra:

A resposta de homens negros ao racismo, normalmente dos que conquistaram uma posição social e/ou econômica privilegiada, foi o casamento com mulheres loiras. Se eles são socialmente inferiores a elas em razão da cor de sua pele e da textura de seus cabelos, elas são inferiores a eles na ordem patriarcal de gênero. Resultado: soma zero. Transformaram-se em iguais nas suas diferenças, transformadas em desigualdades.(BRANDÃO, 1994, p. 31)

Essa construção que coloca a inferioridade do gênero feminino é produto de padrões culturais construídos desde a formação do indivíduo. A educação no seio familiar é um importante instrumento dessa reprodução que advém de valores empregados e repassados pela entidade familiar, valores esses que são essenciais para a formação do indivíduo. É o caso da valorização do patriarcado, presente na própria mulher que vê no homem a segurança para um lar sustentável. Mesmo com o crescimento de famílias monoparentais, ainda se observa que as mulheres buscam no novo companheiro a chance de poder refazer o lar, os homens aprendem a dominação do masculino sobre o feminino, reforçando-se o papel de submissão da mulher.

Pierre Bourdieu (1999, p. 15) explica essa questão da dominação-exploração simbólica:

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos.

O homem tem em si mesmo o sentido de dominação-exploração que está intimamente ligado à relação entre homens e mulheres. A elas são repassados

valores afetivos a serem empregados no lar, mas deles se exige a necessidade de ser forte, dominador, resistir às dores, não demonstrar as suas emoções.

Louro (1999, p. 177) evidencia que, como mulheres ou homens “somos ensinados e ensinamos a gostar de coisas diferentes, a saber, fazer coisas diferentes, a sermos competentes”.

De modo que, ele passa a sentir necessidade de corrigir, utilizando-se da sua capacidade de mando exercendo assim a violência contra a mulher.

O mesmo autor autor, ainda destaca que:

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. (LOURO, 1999, p. 25)

A incorporação do conceito de gênero nos debates sobre a juventude é de extrema importância porque essa compreensão deve perpassar os valores culturais e aqueles assimilados na sua vivência e ela possibilita a construção de sujeitos com identidade e com expectativa de ultrapassar as práticas tradicionais preconceituosas.

O Brasil está atrasado em relação aos debates sobre a questão de gênero, mas houve ganho para as mulheres, tais como: mudanças na Constituição, maior atenção à saúde feminina, delegacias da mulher, inserção em diversos campos de trabalho, participação na mídia, movimentos sociais e em partidos políticos.

2.3 Da Violência

Há diversas formas de compreensão da violência. Para Michaud, (1989, p. 7), violência é definida como:

- a – o fato de agir sobre alguém ou fazê-lo agir contra a sua vontade empregando a força ou a intimidação;
- b – o fato através do qual se exerce a violência;
- c – uma disposição natural para expressão brutal dos sentimentos;
- d – a força irresistível de uma coisa;
- e – o caráter brutal de uma ação

Segundo o mesmo autor:

Violência vem do latim *violentia* que significa: violência, caráter violento ou bravo, força. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a *vis*, que quer dizer força, vigor, potencia, violência, emprego da força, física, mas também quantidade, abundantemente, essência ou caráter essencial de uma coisa mais profundamente, a palavra *vis*, significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força e, portanto a potência, o valor e força vital. A violência é uma idéia de força, de uma potência natural cujo exercício contra alguém torna o caráter violento [...] ela se torna violência quando passa da medida [...] a violência é antes de tudo uma questão de agressões e maus tratos. Por isso a considerarmos evidentes: ela deixa marcas. (MICHAUD, 1989, p. 8)

Ao compreender o que é violência consegue-se, então, identificar que a mesma é um algoz gerado pela própria sociedade. Por exemplo, o primeiro homicídio ocorrido sobre a face da terra que se encontra registrado na Bíblia Sagrada, é o de Caim que assassina Abel.

Como se isso não fosse o bastante, o homem tem se revelado o maior dos predadores, matando sem a mínima compaixão, gerando mais violência, sendo importante fazer menção da colonização da América como onde povos indígenas foram dizimados, exterminados, sendo que todos esse ato hediondo não foi causado por um terremoto, como se tem visto nos dias atuais, mas sim por pessoas a seus semelhantes, sendo esses atos horrendos de difícil explicação lógica.

Outra violência que não se pode deixar de registrar, é a violência sobre os negros que foram subjugados pela escravidão, sendo enviados para várias partes da América, em insalubres viagens nos conhecidos “navios negreiros”, e entregues nas mãos dos “Senhores” nas quais se tornaram vítimas de toda sorte de abusos e explorações.

Insta dizer que, por trás desse cenário violento, ia nascendo o Brasil, uma terra que antes denominada pelos portugueses como purgatório para os brancos, pois para aqui criminosos europeus eram enviados para cumprimento de pena.

Sendo assim, não é de causar tanta estranheza o fato de um pai atirar a própria filha do sexto andar de um edifício, pois o que hoje se vê, e do que hoje se tem horror, era o cotidiano que a mídia inexistente na época não pode mostrar, mas que ficou arraigado na formação do caráter de muitas pessoas que hoje tumultuam a sociedade e que compõem a sociedade carcerária.

Essa violência herdada não ocorre somente através de torturas assaltos, atentados contra a vida, mas também através das discriminações de gênero, etnia, cultura, classe social.

Muitas vezes, ao pensarmos em violência física, ficamos limitados a pensar em assaltos, brigas de rua.

Mas muitas das violências físicas que ocorrem acontecem dentro do próprio convívio familiar, seja em brigas conjugais, enfrentamentos de filhos contra pais ou no emprego de uma correção brutal das crianças. Tais violências deixam marcas, não somente no corpo, mas passam a ser um elementos constitutivos de comportamentos agressivos que se tornam mais aparentes quando chega a idade adulta. Quando a violência é praticada contra cônjuges, além de se tornar uma relação sem respeito e nenhum carinho afetivo, torna-se uma relação de “aparências” ou seja, na maioria das vezes as mulheres continuam com o companheiro por causa do sustento do lar.

2.4 Violência de Gênero

As primeiras civilizações tratavam a mulher como sexo frágil e incapaz de viver sem o domínio do homem e assim ela recebeu essa cultura e uma herança de violências. No Brasil, a violência e a questão de gênero contra a mulher tem profundas raízes históricas registrando-se ocorrência dela:

Em todas as classes sociais e não apenas nas mais pobres e também em família de todas as raças [...] no Brasil colônia, a mulher branca (e em geral rica) era mantida dentro de casa e lhe cabia, apenas procriar, quanto a mulher negra, como escrava, tornava-se objeto sexual dos antigos “senhores”. A diferença é que as mulheres de nível econômico e social privilegiado, em geral, são mais bem informadas e conscientes de seus direitos do que as pobres – entre as miseráveis, então nem existe noções de violência. (TAVOLA, 1993, p. 7)

Com certeza a mulher atual em muito se difere da mulher de gerações passadas. Anteriormente as mulheres eram educadas para servir os homens e serem submissas, sendo vistas como inferiores ao homem, incapazes intelectualmente, destinadas somente aos afazeres do lar, constituindo assim um sujeito mais de deveres, do que de direitos.

A violência de gênero praticada nos séculos anteriores não era denunciada, eram aceita, considerada normal no matrimônio. Causavam uma repercussão social muito distinta da que provoca hoje.

Essa aceitação não era só da sociedade, mas da própria mulher. Devido à educação recebida de seus pais. A própria igreja interpretava a Bíblia, passando ensinamentos tais como que uma boa mulher deveria se submeter a todas as vontades e desejos do homem.

Tentava-se, dessa maneira, preservar a entidade familiar, mesmo que isso exigisse da mulher sacrifícios como o de se expor à violência. A sociedade por sua vez, baseada no sistema patriarcal onde o homem era o chefe da família, decidindo sobre tudo, não dava nenhum amparo à mulher que se dispusesse a sair dessa situação de violência. Inclusive a sua própria família a rejeitava, pois, as mulheres separadas não eram bem vistas pela sociedade.

Durante a marcha do progresso a sociedade passou e ainda está passando por importantes mudanças em vários de seus aspectos. Entre eles está a “questão de gênero”, que pode ser entendida como o meio de se discutir a questão dos direitos das mulheres, igualando-as aos homens em direitos, deveres e prerrogativas.

É importante destacar que ambos os gêneros, pouco a pouco, estão encontrando um parâmetro de igualdade.

Entretanto, mesmo com a evolução, constantemente as mulheres vêm sendo vitimizadas até mesmo dentro de seus próprios lares, independente de sua classe social.

A cultura burguesa transmitiu à mulher valores a serem seguidos por uma boa esposa e mãe e mesmo aquelas que conseguem se “libertar” desse padrão de submissão, sofrem significativas cobranças e discriminação. Para conquistar a sua liberdade e sucesso profissional muitas vezes há quebra de vínculos, pois o homem não aceita ter uma condição econômica inferior à da mulher, optando esta, às vezes, por viver relacionamentos informais.

Esse fato é algo que não vem da concepção da espécie humana e sim de fatores históricos não devidamente problematizados.

Considera-se violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, tanto na esfera pública como na esfera privada. Esta é uma

manifestação de relações de poder historicamente desiguais, que conduziram à dominação e à discriminação contra as mulheres pelos homens e que impedem o pleno avanço das mesmas.

A violência de gênero pode ser entendida como “violência contra a mulher”, expressão trazida à tona pelo movimento feminista nos anos 70.

O conceito de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder de dominação do homem e da submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre ambos os sexos e indica que a prática deste tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. (TELES, 2002, p. 18).

Devemos entender que a violência de gênero contra a mulher, não diz respeito a sexo (feminino ou masculino), mas sim ao gênero incluindo pessoas mais frágeis em determinadas situações.

Essa violência encontra “justificativa” em normas sociais baseadas nas relações de gênero, ou seja, em regras que reforçam uma valorização diferenciada para os papéis masculino e feminino. As vítimas de violência, em geral, convivem com o isolamento social e o silêncio; nessas condições, as mulheres se isolam e emudecem. Levam anos para buscar ajuda. Quando intimidadas e acuadas em casa, no trabalho e nos espaços sociais que freqüentam, as possibilidades de uma resolutividade política e justa é substituída por um comportamento tímido e frágil, que vem reforçar sentimentos de insatisfação e impotência.

A vítima de violência doméstica, geralmente tem pouca auto-estima e se encontra atada na relação com quem a agride, seja por dependência emocional ou material. O agressor geralmente acusa a vítima de ser responsável pela sua agressão a qual acaba sofrendo uma grande culpa ou vergonha. A vítima também se sente violada e traída, já que o agressor promete que depois do ato, nunca mais vai repetir este tipo de comportamento, para depois repeti-lo. (ALMEIDA, 2003, p. 27)

O abuso da mulher por parte do marido ou companheiro é a forma mais comum de violência contra a mulher e está presente em toda a sociedade. A agressão pode manifestar-se de formas variadas: maus tratos físicos; psicológicos e relações sexuais forçadas.

Esse abuso se manifesta, na maioria dos casos, pelo espancamento da mulher dentro de casa, no âmbito doméstico, pelo próprio cônjuge. Entretanto, a

violência também pode ocorrer em outros lugares, como o próprio local de trabalho, onde a mulher pode vir a sofrer algum tipo de agressão ou humilhação por parte do patrão e que ela suporta por depender do salário para sua sobrevivência e da família.

Estima-se que mais da metade das mulheres agredidas sofrem caladas e não pedem ajuda. Para elas é difícil dar um basta em tal situação. Muitas sentem vergonha ou dependem emocionalmente ou financeiramente do agressor. Outras acham que “foi só daquela vez” ou que, no fundo são elas as culpadas pela violência; outras não falam nada por causa dos filhos, porque têm medo de apanhar ainda mais, ou por que não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado socialmente.

A violência contra as mulheres pode se dar de várias formas, dependendo do bem a que atinge ou do local onde ocorre. Neste recorte serão abordados alguns tipos de violência, aos quais as mulheres são submetidas, compreendendo-se que tais tipos de violência integram de forma deplorável o contexto de construção histórica da sociedade.

2.5 Violência Social

A violência tem vários significados, podendo lhe ser atribuídos vários sentidos.

Vindo do termo latino *violentia*, a palavra violência designa fatos e ações, opondo-se a paz; ou designa uma maneira de ser da força de um sentimento ou elemento natural, é a força brutal que desrespeita regras, porém nem toda regra violada é uma violência.

A violência não é um fenômeno unívoco, ou seja, provindo de uma única causa, mas sim de causas conjuntas. É, pois, um fenômeno multidimensional, gradual, complexo e sócio-histórico.

Visões conservadoras consideram a violência um fenômeno natural do ser humano, como uma psicogênese de origem individual com enfoque na questão da índole moral. Em um outro extremo, temos a visão de que a violência é um fenômeno de sociogênese, ou seja, é produto social independente das subjetividades.

Devemos entender, que a violência é política, no sentido de que ela está sempre relacionada à questão do poder (opressão, religioso, gênero, econômico, etc).

A violência é definida e entendida em função dos valores que constituem o sagrado do grupo de referências. Apesar da diversidade dos grupos humanos, alguns valores recebem uma adesão mais ampla, mais isto não pode dissimular a divergência e a heterogeneidade das convicções. A idéia de violência cristaliza essa heterogeneidade e essas divergências, tanto que o recurso a ela para apreender os fatos é o indicio mais seguro de que estão em causa valores importantes e no centro de um antagonismo. (MICHAUD, 1989, p. 14).

Deve-se, contudo, ter uma ampla compreensão de violência, não a reduzindo à criminalidade ou enfocando-a apenas na pobreza e na questão social que os indivíduos estão inseridos.

Por conseguinte, a violência deve ser vista como ato de poder, ou seja, poder do mais forte sobre o mais fraco. Estamos vulneráveis a qualquer tipo de violência, mas a violência da dominação e subordinação atinge principalmente os mais frágeis: a criança, o idoso e a mulher.

Mesmo com o processo contínuo de modernização, o homem conserva um instinto agressivo, não suporta perder para a mulher, seja em uma competição, uma vaga de trabalho ou mesmo verbalmente sendo que muitas agressões começam pela simples discussão de opiniões que se opõem. A violência contra a mulher não se resume ao espancamento. Essa forma de violência vai além do físico e pode ser psicológica e/ou sexual. Por que além das marcas deixadas no corpo, passa a gerar traumas, medos. A maioria das vítimas que sofre esse tipo de agressão passa a ter uma aceitação desta, fazendo com que as agressões continuem.

Das várias formas de abusos cometidos, contra a mulher, o abuso sexual é o menos denunciado, pois este leva a mulher a se expor publicamente e, entretanto, muitas começam a ser abusadas já na infância. Estudiosos informam que a maior parte dos abusos praticados foram cometidos em crianças a partir de 6 anos. Informam também, que a violência praticada no caso de abuso sexual, não é denunciada pela criança, pois ela é ameaçada constantemente pelo agressor que em 72% dos casos são pessoas conhecidas ou fazem parte do convívio familiar.

Constataram que 33% das crianças enviadas aos hospitais por abusos sexuais tinham menos de 6 anos de idade. Trata-se de homens. Jovens (na figura etária de 20 a 23 anos) conhecidos das crianças e que lhe despertam simpatia [...] que podem chegar a fazer verdadeiras manipulações (chantagem emocional, uso da autoridade etc.). (GABEL, 1997, p. 39)

O estereótipo do agressor que se imagina é muito diferente daquele que as pesquisas comprovam. Geralmente focaliza-se a atenção em pessoas estranhas, esquecendo-se que o agressor pode estar dentro dos nossos lares. Na maioria dos casos esses homens têm problemas em relação à sua identidade masculina e no caso dos pais, em geral são aqueles que não demonstram cuidados com a criança desde o nascimento.

O abuso contra a criança pode ser um ato acidental ou uma situação prolongada. O abuso acidental é aquele que ocorre uma vez, por que o agressor surpreendeu a vítima, estava embriagado, drogado entre outros determinantes. Mas também pode ser contínuo, prolongado, deixando marcas profundas no inconsciente da criança, ou como diria Freud no seu super ego.

A repetição, o tipo de abuso e o silêncio em torno da criança e do fato fazem com que haja traumas e seqüelas ainda maiores.

Na criança e no adolescente, quando o abuso é seguido de violência, há seqüelas visíveis: equimoses, lacerações, infecções. Mas as seqüelas afetivas são provavelmente as mais graves e difíceis de avaliar: sentimento de culpa, angústia, depressão, dificuldades de relacionamento e sexuais na idade adulta. (GABEL, 1997, p. 9)

Os traumas causados nas crianças pouco diferem dos traumas causados nas mulheres abusadas em fase adulta, que entendem que estão sendo abusadas e que se sentem acuadas muitas vezes por não poder tomar nenhuma iniciativa.

É preciso, portanto, que haja um trabalho de prevenção a partir do começo da infância, ou seja, antes dos 6 anos de idade. É necessário também, nos preocuparmos com os adolescentes maiores de 12 anos de idade, pois, a sociedade não tem a mesma preocupação com os adolescentes. Assim como as crianças os adolescentes precisam de cuidados, por estarem em fase de transformação do seu corpo, passando por carências afetivas próprias da idade ou pela rejeição a si próprio que são comuns nessa fase tornando-se assim propensos a cair em jogos de sedução, que conseqüentemente levam aos abusos.

Tanto a mulher como as crianças são levadas pela vergonha a não fazer nenhuma queixa ou se a fazem, acabam retirando-a devido a pressões realizadas pelo agressor, seja marido, patrão, conhecido ou até mesmo desconhecido.

Para compreender o que é violência, devemos ultrapassar o senso comum, desvelando as inúmeras relações existentes em qualquer forma de violência, mas para isso temos que compreendê-la como um fenômeno sócio-histórico.

A violência, como já foi dito, tem vários significados e assim como é ampla em sua etimologia, também é muito complexa em sua tipologia. Os tipos de violência mais conhecidas são: violência sexual, psicológica, física, de gênero, doméstica, criminal e de negligência. Existem também outras menos conhecidas como violência religiosa, étnica, simbólica, passiva. Neste trabalho serão abordadas:

- Violência intrafamiliar: acontece dentro de casa ou unidade doméstica e geralmente é praticada por um membro da família que convive com a vítima. As agressões domésticas incluem: abusos físicos que podem ser entendidos como qualquer agressão que se dê sobre o corpo da mulher; abusos sexuais que são classificados como atos em que a vítima é obrigada, por meio de força, coerção ou ameaça, a praticar atos degradantes ou que não deseja; e abusos psicológicos, que resultam no abalo da auto-estima da mulher, por meio de palavras ofensivas, desqualificação, difamação, proibição de estudar, trabalhar, se expressar, manter uma vida social ativa com familiares e amigas (os), etc. Por não apresentar vestígios físicos ou materiais esse tipo de abuso é de difícil detecção, porém também se constitui em violência que pode ser denunciada e julgada.
- Violência doméstica: ocorre em casa, no ambiente doméstico em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação.
- Violência contra a mulher: é qualquer conduta – ação ou omissão – de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples

fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados.

2.6 Violência Intrafamiliar

A violência intrafamiliar geralmente é praticada por um membro da família que viva com a vítima. As agressões domésticas incluem: abusos físicos, sexuais e psicológicos.

Violência intrafamiliar pode ser definida como todo maltrato que afete a saúde física ou psíquica de ascendente, cônjuge, convivente, menores de idade ou incapazes, sejam descendentes, adotados, tutelados, colaterais consanguíneos até o quarto grau, inclusive dependentes de qualquer dos membros do grupo familiar. (TELES, 2002, p. 21).

Muitas pessoas se confundem e atribuem o termo violência intrafamiliar à violência doméstica, mas elas são diferentes, pois a terminologia de violência doméstica abrange toda violência que ocorre em casa, no ambiente doméstico, ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação.

A violência intrafamiliar diz respeito à subordinação de gênero e de faixa etária, ou seja, a dominação do homem sobre a mulher, entre outras existentes. E neste trabalho será abordada a questão da violência doméstica, que diz respeito às relações de gênero.

A seguir, serão abordados a Política de Atenção a Criança e ao Adolescente e os projetos sociais nos quais será embasada esta pesquisa e nossos sujeitos.

3. A POLÍTICA PÚBLICA E O PAPEL DOS PROJETOS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Antes da discussão sobre o papel destes projetos sociais é importante entender o que são e como se constituem. Para tanto, se faz necessária à discussão de sua origem nas políticas públicas que são uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. Assim articulam-se diferentes projetos que constituem um conjunto de ações do Estado, articuladas por interesses sociais que têm como limites e condicionantes os processos econômicos, políticos e sociais.

Nesse sentido a política pública se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de demandas socialmente produzidas. Considera-se que toda política pública deve se configurar como um mecanismo de mudança social, organizada para promover o bem estar de segmentos sociais desfavorecidos, como um mecanismo de distribuição de renda e equidade social.

Esse mecanismo faz parte de uma arena de contradições, que se contrapõem à percepção da política pública como mero recurso de legitimação política ou de intervenção estatal subordinada à lógica de acumulação capitalista. Essa lógica tem por principal característica a exclusão, ou seja, exclusão de uma parcela da população que vive em situação de risco e vulnerabilidade social que, segundo Tiene (2004, p. 72):

A “exclusão social”, que aparece hoje como um fenômeno novo, é fruto da sociedade capitalista que historicamente cria e recria novas modalidades de exclusão e de reintegração dos excluídos, segundo suas próprias regras e lógicas.

Reafirmamos, dessa forma, que com o capitalismo atendendo apenas a seus interesses, marginaliza parcelas da população que sofrem com a exclusão social, mas que, no entanto, o capitalismo vem criando e recriando formas flexíveis de se ajustar e ajustar essas desigualdades.

Essas mudanças se dão com a finalidade de manter o *status - quo* vigente. Isto é, muda-se para que nada mude, essencialmente. As políticas públicas são destinadas à população excluída de algum bem ou serviço. Com a perspectiva de manutenção do sistema capitalista, desenvolvem-se estratégias através de

políticas públicas que buscam atender algumas das necessidades da população. Entretanto, para que tais políticas se efetivem há uma constante luta contraditória entre a sociedade civil e o poder Estatal.

Na perspectiva capitalista de acumulação desigual, entende-se que vivemos em uma sociedade neoliberal, ou seja, de políticas públicas seletivas e focalizadas, que são mínimas pela imensidade de demandas sociais existentes. O atendimento às populações mais necessitadas viabiliza-se por políticas de governo que, embora não estejam completamente previstas na Constituição, decorrem do programa do partido ou coalização no poder.

É relevante ressaltar que as políticas públicas sofrem com a freqüente troca de governos e acaba muitas vezes por não ser planejada, executada, avaliada ou até mesmo não chega a ser implementada, pois as prioridades de um governo para outro são divergentes, o que acaba dificultando a ação efetiva de um projeto em uma determinada realidade.

No entanto, essas políticas devem ser concebidas na moderna gestão estatal, a partir da elaboração de um plano de longo alcance, que diversas vezes exige a continuidade de governos sucessivos, com base na qual são elaborados outros como os planos emergenciais, que assim compõem um conjunto integrado de uma política ordenada, que seja coerente e eficaz, a longo prazo.

Nesse cenário, supera-se o falso dilema entre políticas, equivocadamente qualificadas, como apenas assistencialistas e as que objetivam a auto-suficiência das parcelas da população assistida.

Desse modo o Plano Nacional e o Sistema Único da Assistência Social, buscam integrar as políticas assistenciais, entre os três níveis da federação e com as demais políticas públicas, assegurar que a eficácia das ações atinja a plena integração social.

A busca de eficácia dessas políticas passou, a partir da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS¹, a exigir um novo padrão de integração entre órgãos federativos, no que tange ao papel das administrações estaduais e sua co-responsabilidade, tendo em vista políticas públicas implantadas e dirigidas pelo governo federal que repassa recursos diretamente aos beneficiários e gerencia os

¹ A LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, (LOAS Lei Federal nº 8742/93) veio regulamentar a Assistência Social de acordo com os princípios fixados pela Constituição, definido uma estrutura descentralizada e democrática para a Política Nacional de Assistência Social.

projetos, como o projeto Ação Jovem, por exemplo. Assim os Estados são responsáveis por promover ações que viabilizem a gestão intersetorial e a articulação com os gestores municipais, proporcionando-lhes apoio técnico.

É, em razão desses objetivos de coerência e eficácia, que os projetos devem ser planejados e executados.

Segundo a lei, a assistência tem por finalidade assegurar atendimento às necessidades básicas dessas parcelas da população, com base nas políticas públicas, com a participação da comunidade, que definem os mínimos sociais.

Para reduzir os níveis de pobreza, são previstas diversas estratégias como: criação de programas de geração de trabalho e renda, proteção à maternidade, às crianças e aos adolescentes; apoio às gestantes, creches e cursos profissionalizantes; garantia de um salário-mínimo para pessoas portadoras de deficiência ou pessoas idosas, desde que sejam carentes, por meio de ações continuadas de assistência social.

Os projetos sociais têm um papel importante na realidade das famílias e proporciona condições para que obtenham o mínimo social e tenham uma vida digna.

Assim, os projetos sociais têm a relevância de contribuir para a prevenção de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e constituem espaços de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos.

Cabe ressaltar que a política de assistência social é resultado de uma construção coletiva que envolveu amplos setores da Assistência Social, através de debates realizados em todos os Estados de Federação durante o ano de 2004, a partir da proposta formulada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Conselho Nacional de Política de Assistência Social, realizado em dezembro de 2003. Nesse âmbito tem-se a convicção de que ela traduz os anseios da sociedade brasileira e um maior compromisso do governo com a efetivação da Política Pública de Assistência Social como dever do Estado e direito de Cidadania, de alcance socialmente transformador e de inclusão.

Essa nova Política Nacional de Assistência Social reorganiza seus projetos, programas, serviços e benefícios, que aponta para a implementação do SUAS - Sistema Único da Assistência Social, a partir de uma profunda análise da realidade nacional. O objetivo do SUAS é assegurar a concretização da Lei Orgânica

da Assistência Social (LOAS) e integrar os governos federal, estaduais e municipais em uma ação pública comum de garantia de direitos universais.

A Política Pública de Assistência Social é uma política de proteção às pessoas e o seu foco mais importante é a família, pois esta possibilita uma maior aproximação do cotidiano das pessoas e é nela que se inserem os riscos sociais.

Os projetos objetos desta análise serão os que atendem às crianças e adolescentes em cujo cotidiano afloram as representações de relação de gênero existentes. Esses projetos são integrados com a Assistência Social e articulados com a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

3.1 Política de Atenção à Criança e ao Adolescente e suas Ações Sócio - Educativas.

Antes de ser apresentada a política deste segmento social, se fazem necessárias algumas considerações a respeito da criança e do adolescente para estabelecer a percepção de cada fase como única e importante na vida social de cada pessoa onde ela convive com as relações de gênero.

Segundo o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 2º, “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade”.

A criança é entendida como um ser que necessita, para sua sobrevivência, da proteção integral de seus genitores ou responsáveis legais. O ECA estabelece, como visto, que por criança deve-se entender toda pessoa até doze anos de idade e que desde sua concepção tem direitos fundamentais como todo o ser humano.

O termo adolescente diz respeito a um indivíduo em construção e em pleno desenvolvimento, sendo que todos, meninas ou meninos, passam por esse processo de transição da idade infantil para a adulta. Trata-se da fase da vida chamada “adolescência”, segmento esse público alvo do trabalho em projetos sociais que atendem adolescentes.

No que diz Salles (1998, p. 46):

A adolescência é entendida socialmente como estágio intermediário entre a infância e a idade adulta – fase de preparação para ser adulto – e como período transitório no qual as responsabilidades são menores. O

adolescente se caracteriza pela indefinição de seu papel social, o que resulta num *status* intermediário e provisório e, conseqüentemente, passa a ser tratado de forma ambivalente: como criança e como adulto.

Esse mesmo autor salienta ainda que:

O adolescente é visto, hoje, como ser em desenvolvimento e em conflito, que passa por mudanças corporais, pessoais e familiares, que busca independência e diferenciação da família de origem. As definições usuais de adolescência ou são cronológicas (dos 12 aos 21 anos de idade aproximadamente)², ou físicas (puberdade), ou psicológicas (época de reorganização da identidade profissional, sexual e filosófica), ou ainda sociológicas (reencontrar seu papel na sociedade). (SALLES, 1998, p. 47)

O autor ao fazer estas considerações a respeito da adolescência e do adolescente, lembra que essa fase é uma fase peculiar da vida o que justificaria uma política de atendimento adequada e específica desse segmento.

Ao falarmos da política de atenção à criança e ao adolescente é importante salientar todo o respaldo legal que é garantido pela lei no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que ampara todas as ações desenvolvidas nos projetos ao qual se dirigem a esse segmento.

Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 87:

[...].

Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:

I - políticas sociais básicas;

II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

:

-As políticas sociais básicas;

-As políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles, para aqueles que delas necessitem;

² Apesar de Salles compreender adolescência na faixa etária dos 12 aos 21 anos e o Estatuto da Criança e do Adolescente artigo 2º considere adolescente aquele entre 12 e 18 anos de idade a Organização Mundial da Saúde (OMS) a caracteriza entre 10 e 19 anos de idade.

- Os serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- Os serviços de identificação e localização dos pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
- A proteção psicossociais, por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Dessa forma, a política de atendimento às crianças e adolescentes, segundo o ECA se desenvolvem através de um movimento articulado de entidades não governamentais e governamentais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios de maneira integrada e também participativa, com destaque para a contribuição da sociedade civil.

Conforme esclarece (nome completo) Simões (2007, p. 209) as diretrizes dessa política são:

[...] as que se referem aos conselhos, sobretudo o municipal, às políticas e aos fundos, em uma estruturação bastante semelhante às da assistência social, são elas:

- a municipalização do atendimento;
- a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional, como órgãos deliberativos e controladores das ações;
- a criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;
- a manutenção dos fundos municipais, estaduais e nacional, vinculados aos respectivos conselhos;
- a integração operacional dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, segurança pública e assistência social, para efeito de agilização do atendimento ao adolescente, ao qual se atribua a autoria de ato infracional;
- a mobilização da opinião pública, no sentido da indispensável participação da sociedade.

O desenvolvimento das ações desses órgãos deve se efetivar de forma que haja uma articulação em rede entre eles, uma maior participação de seus integrantes, o que contribui significativamente para a política de atendimento à criança e ao adolescente através dos programas, serviços e projetos sociais específicos para esse fim.

Os projetos, programas e serviços sociais de atendimento à criança e adolescente têm como metodologia diretiva ações sócias educativas merecedoras de considerações neste estudo.

Esse trabalho é realizado por meio de reuniões sócio-educativas, que assim oferecem um reconhecimento da condição peculiar de desenvolvimento das crianças e adolescentes, considerando as condições históricas, sociais e culturais

próprias de cada faixa etária e considerando ainda que, cada adolescente possui suas próprias características que devem ser respeitadas.

Atualmente, as transformações na estrutura demográfica e a vulnerabilidade social da criança e do adolescente, apontam para a necessidade do poder público executar uma atenção integral à criança e ao adolescente. É primordial, um trabalho que possa garantir condições para esses adolescentes se estruturarem como cidadãos.

O profissional responsável deve ser sensível aos aspectos comportamentais que possam constituir indicadores de uma possível violação ou comprometimento da integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente.

Para que esse trabalho se concretize é necessário seguir determinadas metodologias, tais como: um trabalho sócio-educativo, que vise desenvolver habilidades pessoais e o exercício da cidadania, sendo que deve-se buscar também o seu empoderamento; o trabalho técnico-operativo, apoiado em metodologias específicas, a fim de construir condições de autonomia pessoal e grupal e que leve em conta seus interesses em comum com os núcleos sócio-educativos, que devem oferecer a garantia de convívio e oportunidades e ações para o enfrentamento das condições de vida.

Neste sentido os serviços sócio-educativos deverão oferecer as seguintes atenções:

- desenvolvimento de atividades orientadas para o fortalecimento de vínculos familiares, sócio-relacionais e societários, através de trabalho pautado pelas necessidades, expectativas e desejos das pessoas, pelo compartilhamento de histórias e pelo reconhecimento da realidade vivida;
- desenvolvimento de atividades sócio - educativas com grupos especiais para o restauro de danos decorrentes da presença de estigmas, discriminações, vitimizações e a promoção do acesso e defesa de direitos,
- atividades lúdicas, esportivas, culturais - geracionais e intergeracionais de modo a desenvolver ações socializadoras, a partir de interesse ou demanda;

- acesso a oportunidades e vivências culturais ofertadas por outras esferas: espetáculos, atividades esportivas, acervo de produções do patrimônio arquitetônico histórico e social e
- desenvolvimento de atividades orientadas para a aquisição de conhecimentos e habilidades que facilitem a inclusão no mundo do trabalho e para atividades individuais e grupais de geração de renda (inclusão da pessoa com deficiência nos grupos).

Nesse contexto, a escola e a família muitas vezes têm dificuldades para responder aos reais anseios e necessidades das crianças e adolescentes. A dificuldade em alcançar escolaridade e formação profissional satisfatória leva muitas vezes o jovem a ingressar prematuramente no mundo do trabalho, sem o preparo necessário e sem um acompanhamento de qualidade. Para que esse quadro possa ser modificado de forma positiva é essencial que o Estado, assim como toda a sua política pública estejam articulados para promover uma melhor qualidade de vida para esses jovens, contribuindo não somente para a sua profissionalização, mas também para uma melhor construção de seus valores enquanto cidadãos adultos.

O Estado deve oferecer por meio de políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes, programas, projetos e serviços para atendimento dos mesmos para que sejam efetivados os direitos previstos no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. É responsabilidade do Estado as políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente, conforme diz: Volpi (1997, p. 42) “Antes de tudo é preciso que o Estado organize políticas públicas para assegurar, com prioridade absoluta, os direitos infanto-juvenil”, sempre com a participação da sociedade civil organizada, como afirma o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 86:

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios.

Nessa perspectiva, cabe ao governo a definição das normas legais e o repasse, aos municípios, da coordenação e da execução dos programas voltados para as crianças e adolescentes, buscando a melhora na qualidade de vida, trazendo novas perspectivas com relação ao futuro desses jovens que, como aponta Volpi (1997, p. 14) “A criança e o adolescente [...] são concebidos como pessoa em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral”.

Essa proteção é dever da família, da sociedade e do Estado, segundo a Constituição Federal de 1988, como se encontra expresso em seu artigo 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Do conjunto das políticas de atenção à criança e ao adolescente, destacam-se os projetos sociais, que atuam como possibilidade de conquista da igualdade dos gêneros.

3.2 Os Projetos Sociais e Relação de Gênero

Os projetos sociais são assumidos por unidades administrativas que mobilizam recursos humanos, financeiros e materiais, sendo de total importância pontuar que a implantação dos projetos sociais é uma das fases do processo das políticas públicas que são materializadas em programas, projetos e serviços, que atendem a todos os tipos de segmentos sociais, dando especial importância ao segmento criança e adolescente, o qual entende-se objeto de prioridade absoluta.

Não podemos deixar de dar atenção às relações de gênero presentes dentro dos projetos sociais, pois da mesma forma que estão apresentadas na realidade social, também estão inseridas nestes projetos. Também aí existem relações que discriminam e inferiorizam o feminino e exaltam o masculino, partindo de um contexto histórico que se concretiza em uma sociedade falocrata, machista e altamente conservadora, que reserva às mulheres um papel de subalternidade, mesmo quando estas ocupem espaços tradicionalmente assumidos por homens.

Nessa perspectiva podemos citar como exemplo dessa desigualdade o trabalho onde, segundo indicadores sociais há inferioridade nos salários pagos à mulher em relação ao homem nos mesmos cargos, entendendo-se bem que, essa desigualdade não é gerada por ausência de qualificação e sim atribuída ao fato de ser mulher.

Para entender esse fato é preciso entender que dentro dos programas sociais e fora deles, existem relações de gênero que são construídas historicamente,

mas que essas relações estão em constante movimento e são suscetíveis de mudanças e transformações. É nessa perspectiva que os projetos sociais devem atuar para contribuir na construção e reconstrução de novas relações sociais, que realmente sejam destituídas de idéias pré-concebidas e preconceitos. Para isto se faz necessária a desconstrução e desnaturalização de formas discriminatórias, impregnadas por um pensamento machista entendido até os dias atuais como algo natural, e que acabam inferiorizando a mulher.

Estes valores trazidos de séculos passados até os dias atuais, acabam por predominar na sociedade expressos por uma visão generalizante, muito comum entre as pessoas, e que é uma reprodução histórica que perpassa os anos e acaba por concretizar-se como se fosse uma verdade imutável. Para que a relação de gênero, seja vista de forma mais crítica e construtiva é necessária a desconstrução desses valores generalizantes a partir da criança e do adolescente acolhidos nesses projetos sociais.

Para isso se faz necessário um planejamento por parte da equipe multidisciplinar que atua nesses projetos sociais, colocando em pauta um trabalho especializado e sócio-educativo voltado para a desconstrução de idéias pré-concebidas em relação à questão de gênero, entendendo-se como projeto futuro de elaboração de respostas sustentáveis para as questões relativas à violência tais como ampliação dos salários, maior empoderamento e autonomia da mulher.

É importante salientar a necessidade do planejamento das ações a serem executadas pelos projetos sociais, onde o ato planejar é a ação de traçar objetivos e metas a serem atingidos e ter sempre um controle para verificar o cumprimento desses objetivos e metas. Uma equipe de profissionais deve tomar decisões para que seja possível pensar as ações que, realizadas no presente permitam repensar as ações futuras, na perspectiva de melhorar e qualificar ainda mais as respostas apresentadas. No entanto, pensar em planejamento requer pensar a construção e a reconstrução cotidiana do universo planejado.

Nessa perspectiva, etimologicamente o termo “projeto” origina-se da intenção de fazer, do plano de realizar qualquer coisa. Assim um projeto supõe, necessariamente, um planejamento das ações que serão utilizadas para atingir determinados fins e desenvolvidas para atender determinadas demandas.

A terminologia é, dessa forma, utilizada por Baptista (2007, p. 13):

O termo “planejamento”, na perspectiva lógico-racional, refere-se ao processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social. Enquanto processo permanente supõe ação contínua sobre um conjunto dinâmico de situações em um determinado momento histórico. Como processo metódico de abordagem racional e científica, supõe uma seqüência de atos decisórios, ordenados em momentos definidos em conhecimento teóricos, científicos e técnicos.

Um projeto eficiente deve levar em consideração as possibilidades e limites institucionais do processo de planejamento, entre outros como recursos e prazos, necessários para um bom desempenho na efetivação de um projeto, sem se desviar da perspectiva de que o ato planejar é um instrumento para viabilizar e monitorar melhorias no atendimento do usuário.

Os profissionais assistentes sociais que atuam nos projetos sociais têm como compromisso participar de todo o processo de planejamento, sendo que, este é uma estratégia que tem uma intencionalidade de intervenção e transformação da realidade apresentada no cotidiano profissional.

Dessa forma, o Assistente Social tem muito a contribuir através de suas ações que são embasadas no projeto profissional, nas suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Segundo Iamamoto (2000, p. 59):

O Serviço Social requer olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua criação, desenvolvendo um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização do compromisso ético-político com interesses coletivos da população usuária.

As ações desses profissionais se mostram como estratégias de intervenção para que ocorra transformação da realidade apresentada no cotidiano profissional, visto que eles executam ações pautadas pela ética e por princípios, como considera Simões (2007, p. 475):

Inserir-se, no âmbito do serviço social, como instrumento político do conjunto de suas ações integradas, mas com o objetivo institucional de realização do exercício profissional, em natureza política. São princípios, em primeiro lugar, que regulam a relação do profissional com o conjunto social, exigindo-lhe uma conduta de claro conteúdo político: a liberdade como valor ético central; a defesa dos direitos humanos, contra o arbítrio; a favor da equidade e justiça social, contra todas as formas de preconceito; e a garantia do pluralismo político.

Sendo assim, o trabalho do assistente social tem que estar direcionado para trabalhar a questão estrutural e histórica e social.

4 O ESPAÇO E O SUJEITO DA PESQUISA

É importante destacar, que os projetos sociais que serão abordados nesta pesquisa são apenas dois, embora existam vários projetos que atendem diversos segmentos sociais nesta cidade.

Os projetos escolhidos para a realização deste trabalho atendem crianças e adolescentes do município de Presidente Prudente, sendo eles: Criança Cidadã (Anexo A) e Ação Jovem (Anexo B).

O município de Presidente Prudente está localizado no interior do Estado de São Paulo e conforme dados do IBGE, atualizados em 2008, abrange um território de 562Km² e conta com 206 mil habitantes. Nele predominam as atividades do ramo agropecuário, desenvolvendo culturas de amendoim, algodão, café, milho, batata, criação de gado, sendo mais recentes, as usinas sucroalcooleiras. Neste município também são promissoras as indústrias de alimentos, madeira, bebidas, produtos químicos e metalúrgicos, as indústrias de peles e couros, dentre outras, que empregam uma grande quantidade de trabalhadores da cidade e região.

Segundo Martinez (2004, p. 18):

Na metade do séc. XIX a área onde atualmente se localiza Presidente Prudente, situada entre os rios Paraná, Paranapanema e do Peixe, pode assim ser caracterizada: até então ocupada por Caiuás, Xavantes e Caingangos, índios da nação Guarani. Os conflitos pela posse da terra, freqüentemente sangrentos, começaram quando os primeiros povoadores, predominantemente mineiros, foram atraídos, depois da decadência das minas, deslocando-se e fixando-se na área, para a utilização das manchas de campos, apropriadas as suas atividades de criação.

Essa corrente migratória que se expandiu contribuiu para o crescimento do município e também se fez necessária para que os projetos sociais ganhassem força vinculante nesta região, tendo como exemplo o primeiro projeto social implantado no município, Projeto SOS – Serviços de Obras Sociais.

No Brasil e no Estado de São Paulo, as transformações na estrutura demográfica e a vulnerabilidade social de crianças e adolescente apontam para a necessidade de se reforçarem as estratégias do poder público de atenção as crianças e adolescentes. É nessa perspectiva que serão analisados os projetos

sociais da cidade de Presidente Prudente/SP - público alvo e objeto de análise desta pesquisa -, e suas contribuições para a compreensão da questão de gênero,

Os projetos ao qual estamos nos referindo são destinados à crianças e adolescentes que estão sofrendo de alguma maneira risco e vulnerabilidade social, que prejudicam ou podem vir a prejudicar, de maneira significativa, a vida desses sujeitos. Considerando-se essas crianças e adolescentes como seres em desenvolvimento, pretende-se entender como está sendo reproduzida a questão ligada ao gênero, na cidade de Presidente Prudente, nos dias atuais.

Os programas, projetos e serviços são destinados à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, ou da fragilização dos vínculos familiares. Os projetos abordados são realizados no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, localizado na zona norte da cidade de Presidente Prudente.

Segundo Simões, (2007, p. 289):

O CRAS é um equipamento estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, abrangendo um total de até mil famílias, com a finalidade de organizar, coordenar e executar os serviços de proteção social básica da política assistencial.

Salientando que a proteção social básica, prevista na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

O CRAS também é conhecido como “casa das famílias” sendo uma porta de entrada a população. Constituem-se como suas ações e serviços: acolhimento, escuta, orientação, apoio aos indivíduos e famílias sobre seus direitos, bem como a convivência familiar e comunitária.

Nessa perspectiva, será analisado o Projeto Criança Cidadã que tem como objetivo efetivar um grupo infanto-juvenil com direito à proteção e desenvolvimento. É um trabalho complementar à escola, são desenvolvidos no CRAS, descentralizados e localizados em regiões com concentração de vulnerabilidade social.

Esses CRAS localizados no município de Presidente Prudente, atendem aproximadamente a 1.400 crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 14 anos.

O Projeto Criança-Cidadã é desenvolvido por uma equipe técnica composta por Educadores Sociais, Assistentes Sociais, Pedagoga e profissionais concursados pela Prefeitura Municipal e cedidos à SAS (Secretaria de Assistência Social).

Os projetos sociais são constituídos de equipe multidisciplinar, onde podemos citar o trabalho realizado pelos Educadores Sociais, que atuam diretamente com as crianças e adolescentes dos projetos sociais desenvolvidos dentro dos CRAS, estes profissionais trabalham em grupos desenvolvendo atividades lúdicas e recreativas com o objetivo de alcançar novas perspectivas de vida e relacionamento com a família e comunidade em geral, neste sentido contribuem para a construção de novas atitudes destas crianças e adolescentes, fazendo com que as mesmas reflitam sobre suas ações, em suma o educador social atua na perspectiva de um trabalho educativo de esclarecimento.

Esse Projeto é mantido através de recurso próprio da receita orçamentária municipal e convênio com a SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social). Ele tem como principal objetivo proporcionar às crianças e adolescentes a oportunidade de obter conhecimentos, desenvolverem habilidades e atitudes que possam favorecer o seu ingresso, regresso, permanência e sucesso na escola. Pretende provocar um salto positivo na qualidade de vida da criança, do adolescente, da família e da comunidade, através da educação, da convivência familiar e comunitária, entre outros fatores.

Para que a criança ou o adolescente participe desse projeto, é necessário que a renda mensal da família seja de até dois salários mínimos ou que se encontre em situação de vulnerabilidade pessoal ou social. De quem se encontra em situação de evasão escolar, exige-se o compromisso de retornar à escola.

Além do atendimento à criança, ao adolescente e à comunidade, o projeto aborda temas com interesse nas necessidades das famílias, possibilitando momentos de reflexão sobre problemas e conflitos decorrentes do cotidiano. Proporciona também momentos de confraternização e de lazer.

Os educadores sociais estão sempre em contato com as escolas, acompanham a frequência e o desempenho escolar, visando assim o sucesso educacional dessa criança.

Para a criança que se encontra em situação de risco social, são oferecidas bolsas mensais no valor de R\$ 100,00, auxiliando a criança a permanecer no Projeto e na escola.

Algumas habilidades são desenvolvidas nesse projeto, tais como:

- confiança: faz com que se sinta capaz de fazer determinada atividade;
- motivação: trabalha o querer fazer;
- esforço: a disposição para superar as dificuldades;
- responsabilidade: realizar as atividades;
- iniciativa: passa da intenção para a ação;
- perseverança: terminar o começado;
- altruísmo: sentir preocupação pelo outro;
- sentido comum: ter critérios pré-definidos ao avaliar e decidir;
- solução de problemas: colocar em ação o que sabe e o que é capaz de fazer.³

Ainda, como apresenta a cartilha desse projeto, podemos salientar algumas das atividades desenvolvidas⁴, que também podem ser encontradas no site:

- orientação de estudos, que é periódica, com o objetivo de proporcionar aos estudantes incentivo na realização de suas tarefas escolares e onde são disponibilizados recursos didáticos e pedagógicos;
- oficina de leitura, onde se desenvolve o hábito da leitura vinculado à criatividade e ao processo de aprendizagem;
- oficina da palavra, que possibilita o momento de elaboração intencional e planejado de uma atividade oral ou escrita como pequenos jornais, textos, cartazes, entre outros;
- oficina de artes, que tem o objetivo de instrumentalizar os adolescentes para utilizar recursos artísticos;
- espaço próprio, é um momento da rotina, dedicado às atividades de jogos, recreação, lazer, passeios e brincadeiras;
- roda de conversa é o espaço de discussão de temas de interesses próprios e das necessidades do grupo;
- orientação de hábitos alimentares e boas maneiras - os educadores acompanham e orientam os hábitos saudáveis de uma refeição e boas maneiras;
- esportes, tais como natação, futebol, karatê, desenvolvidas atividades em parceria com a SEMEPP (Secretaria Municipal de Esportes) e por profissionais contratados pela SAS;
- oficina de esportes, que é desenvolvida em parceria com o SESI através do PAF (Programa Atleta do Futuro).

3

Disponível no site: www.recriaprudente.org.br .

4

Disponível no site: www.recriaprudente.org.br.

A seguir serão expostas às características do Projeto Ação Jovem, que tem como objetivo:

Beneficiar jovens em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar até dois salários mínimos, com ensino fundamental ou médio incompletos, através do repasse direto de recurso financeiro no valor de R\$ 60,00/mês, pelo período de até dois anos.⁵

Esse projeto também é realizado nos CRAS e presta atendimento a adolescentes na faixa etária de 15 a 24 anos. Preocupa-se com a conclusão do ensino básico, possibilitando-lhes continuar o aprendizado para seu desenvolvimento pessoal. Oferece condições para retorno ou permanência na escola, repasse de subsídios financeiro mensais e propicia o estímulo ao jovem para o mercado de trabalho.

Esse programa de transferência de renda estabelece também condicionalidades: o jovem deve estar regularmente matriculado em unidades escolares, participando de cursos profissionalizantes e comparecer assiduamente às reuniões sócio-educativas.

Portanto, esse projeto contribui para o desenvolvimento pessoal, social e comunitário e/ou a inserção dos jovens que vivem nos bolsões de pobreza, dando-lhes subsídios para o enfrentamento do tão competitivo mercado de trabalho.

4.1 Gênero enquanto Categoria de Análise

Para que essa pesquisa fosse realizada, a metodologia utilizada foi o grupo focal, que segundo Neto (1988, p. 15):

É uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com a população que se deseja investigar, possuindo uma discussão informal, sendo de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade, por sua vez, possui determinadas características que produzem os dados qualitativos sobre uma discussão focalizada.

⁵ Disponível no site: www.recriaprudente.org.br.

Como discutido em todo o contexto do trabalho, a questão de gênero é o eixo fundante desta discussão. Dessa forma será analisada a forma como as crianças e adolescentes dos projetos acima citados vêem, encaram e reproduzem essa questão latente na sociedade brasileira, discutindo papéis, funções sociais e sexuais, que diferenciam homens e mulheres.

Tendo como base essa técnica, pode-se entender que a mesma contribui para a análise da questão pois é uma técnica de cunho estritamente qualitativo com alto grau de profundidade, o que facilita no levantamento de dados intrínsecos para esta pesquisa, sendo desta forma a técnica que melhor se adapta e responde aos objetivos propostos.

Para tanto, cabe ressaltar que a violência contra mulher é sempre complexa, pois expressa contradições e atinge, em específico, as crianças e adolescentes, que acabam por reproduzi-la, na maioria das vezes, como vivências subjetivas: valores, crenças, simbologias, valorização do sexo masculino, as quais estão internalizadas nos indivíduos e reproduzidas como sendo naturais de cada sexo.

Com o propósito de obter informações acerca dessa problemática, estabeleceu-se para este trabalho necessitaria não somente referências bibliográficas, mas também de uma pesquisa de campo, para que a compreensão da questão não se restringisse ao âmbito de uma determinada violência mas que pudesse atingir aquilo que permanece arraigado no cotidiano das pessoas.

Nesse sentido, foram realizadas análises com as crianças e adolescentes dos projetos Criança Cidadã e Ação Jovem, através da técnica de grupo focal, buscando assim conhecer melhor os sujeitos deste projeto de pesquisa e sua visão acerca do tema estudado.

Foi desenvolvido um grupo focal com as crianças do projeto Criança Cidadã, do qual participaram 14 (quatorze) crianças, com faixa etária estimada em 12 (doze) a 14 (quatorze) anos e no qual foi discutido, através de perguntas norteadoras, a temática da pesquisa apresentada, pautada basicamente através das seguintes linhas indagativas:

- Qual a diferença entre homem e mulher?
- Os direitos de homem e mulher devem ser iguais?
- É correto o homem mandar e bater em mulher?
- O que você acha de homem que é violento com as mulheres?

- A mulher deve ser submissa ao homem?
- Quais os preconceitos?

Na perspectiva adotada pela pesquisa, é possível relatar através dos dados colhidos, que os sujeitos observados, de início demonstraram receio do assunto mas, no decorrer da discussão, foram interagindo de forma articulada e contributiva. De modo que pudemos perceber a preocupação das crianças com o referido assunto, sendo que elas contribuíram através de suas próprias vivências expressas em falas, como:

“A mulher não pode apanhar não, ela tem que ter os mesmos direitos dos homens, porque são todos seres humanos iguais, a única coisa que tem de diferente é que o homem é homem e mulher é mulher”.
Grupo de discussão - Criança Cidadã.

Nesta fala de uma criança do grupo de discussão, pudemos perceber que mesmo na infância, já há uma preocupação em relação ao tratamento da mulher na sociedade, pois como foi relatada, a única diferença existente entre homens e mulheres, fisicamente, é a de sexo. Sabemos que as diferenças entre ambos os sexos vão além da aparência física, pois a analogia se faz presente desde séculos passados, porém se torna mais expressiva quando atribuímos funções e cargos, tais como relacionados ao trabalho.

Seguindo essa linha de raciocínio, foram feitas indagações às crianças sobre essas diferenças e elas persistiam na idéia de que a mulher tem que ser valorizada e não violentada, como podemos perceber nas seguintes falas:

“A mulher tem que ter seu espaço, porque não é certo só o homem falar as coisas e a mulher ficar quieta”.

“O homem tem que trabalhar em serviços pesados, mas se a mulher quiser trabalhar ela também pode. Do mesmo jeito que o homem trabalhar pra ganhar seu dinheiro, a mulher também pode trabalhar pra ganhar seu dinheiro, e se os dois trabalham o homem não pode chegar em casa e querer tudo pronto, ele tem que ajudar a mulher nas coisas de casa”.
Grupo de discussão – Criança Cidadã.

Neste momento da nossa discussão, ficou explícito que as crianças realmente entendiam que mesmo havendo diversas características que diferenciavam os gêneros, homens e mulheres eram passíveis das mesmas funções, pois elas também têm capacidade para realizá-las.

Em outro momento do grupo focal, foi detectada certa indignação das crianças com o assunto. Foi quando elas começaram a relatar agressões que já haviam presenciado, seja em seus próprios lares ou mesmo através de casos que tinham conhecimento. Assim, como narram algumas crianças:

“Eu já vi homens batendo em mulheres sim. Um dia o meu vizinho, por bobeira, esquentou óleo e jogou nas costas da mulher dele, só porque ela tinha quebrado sem querer uma garrafa de cerveja.”

“Eu também sei de um caso, de que a mulher esqueceu por um segundo a lata de massa de tomate em cima da mesa e o marido dela bateu nela, só porque era para a lata estar na geladeira, mas qualquer um pode esquecer de guardar, não era motivo para ele bater nela. Mas, aí eles moravam do lado da casa de um homem que era do PCC e quando ele ficou sabendo ele foi lá e deu uma sura no homem que tinha batido na mulher, porque quem é do PCC ajuda as mulheres e não deixa que os homens batam nelas.”

“Eu já vi homens gritando com as mulheres na rua, pra mim isso também é agredir a mulher, não é como bater mas também dói, porque ela fica com vergonha e triste.”

Grupo de discussão – Criança Cidadã.

Nessas falas as crianças apresentam certa repulsão à violência contra a mulher, pois mesmo que já tenham testemunhado algum tipo de agressão, não concordam com ela, uma vez que expressam que praticamente todos os atos violentos que presenciaram eram sem um motivo válido. Elas argumentaram que essa violência muitas vezes acontece porque o companheiro (marido, pai, irmão, etc.) tem ciúmes da mulher, ou está bêbado, drogado ou algo do tipo, não se justificando o modo agressivo como eles agem.

Entendemos também que muitas vezes a agressão acaba por se tornar cotidiano, pois segundo os relatos analisados, as crianças dizem já ter presenciado maus tratos à mulheres por motivos banais, tais como chegar cansado do trabalho, “stress” acumulado e descontam sua raiva nas pessoas mais próximas: a esposa, os filhos ou quem reside no mesmo espaço.

Da mesma forma que foram analisadas as falas das crianças do Projeto Criança Cidadã, também foram analisados os depoimentos dos adolescentes que fazem parte do Projeto Ação Jovem. Nesse grupo estiveram presentes 04 (quatro) adolescentes de aproximadamente 14 (quatorze) à 17 (dezessete) anos de idade.

Foi usada a mesma metodologia e as mesmas questões norteadoras, com o objetivo de saber quais os conceitos a respeito da questão de gênero que já foram avançados e quais ainda precisam avançar na perspectiva dos direitos, segundo os ideais desses adolescentes.

Diferentemente das crianças, que apresentaram suas repostas de forma espontânea, os adolescentes apresentaram dificuldades na expressão de idéias e sentimentos, visto ser a adolescência uma passagem que se caracteriza, por uma crise de identidade.

Nessa idade o adolescente se debate entre questionamentos relativos ao seu corpo, à sua identidade, às suas escolhas, aos valores e ao lugar que ocupa na sociedade. É o momento em que ele se afasta da identidade infantil, construindo gradativamente sua nova identidade. Trata-se de um período de reorganização pessoal e social que se inicia, na maioria das vezes com rebeldia, rupturas, inquietações inclui, sempre, uma reflexão sobre os valores que o cerca.

Esses jovens contribuíram para a pesquisa, de forma significativa, através de seus relatos:

“Todo mundo fala que mulher é delicada, é fraca, porque isso? Só porque é mulher! Não concordo com isso. Existem muitas mulheres que trabalham de caminhoneira, e trabalham bem melhor que os homens, eu mesma queria trabalhar na Vitapelle. O meu namorado falou que eu não ia conseguir que isso é trabalho pra homem, mas eu fui e não passei na entrevista, mas tentei.” Grupo de Discussão-Ação Jovem.

Percebe-se certa indignação na sua fala, pois pontua constantemente que a mulher tem os mesmos direitos que os homens e que a sociedade não respeita isso, reforçando a imagem frágil da mulher, que a limita a exercer determinadas funções.

Em relação à violência, todos os adolescentes já presenciaram algum fato de violência, podendo assim contribuir para a análise, mostrando seus pontos de vista:

“Eu e meu irmão, já vimos várias brigas do meu pai e da minha mãe, ele chega bêbado, e quer bater nela, da última vez, eu e meu irmão seguramos ele. Na hora senti um pouco de medo, medo de machucar a minha mãe,

porque ele estava nervoso, agora ele parou de beber e nunca mais agrediu ela.” Grupo de Discussão-Ação Jovem.

“Meu pai foi pra bater na minha mãe, eu quis defender, ir pra cima dele, mas minha mãe não deixou, sinto raiva dele até hoje, porque ele sempre agride minha mãe.” Grupo de Discussão-Ação Jovem.

“Já presenciei meu tio, batendo na minha tia, de soco, ele bateu ela na parede, fiquei chocada, mas a minha tia não quis prestar nenhuma queixa, até hoje ela é agredida por ele, não concordo com isso.” Grupo de Discussão-Ação Jovem.

“Já vi um casal brigando, em frente de casa, o homem batendo na mulher, de tapa e a mulher também, não senti dó, senti desprezo pelos dois.” Grupo de Discussão-Ação Jovem.

No tocante à questão que aborda a violência, pode-se observar que os jovens no grupo de discussão colocaram-se contra os atos de violência praticados contra mulher, salientando, a importância do diálogo, para assim evitar os conflitos, que decorrem na maioria das vezes do comportamento agressivo com o outro, impossibilitando qualquer tipo de comunicação.

Dessa forma, através das falas percebe-se certa hostilidade, tanto por parte dos meninos, como das meninas, aos indivíduos que praticam tal violência. Cabe ressaltar, que em determinado momento da discussão, quando se questionou do direito do homem bater na mulher, os adolescentes responderam:

“O homem não tem o direito de bater na mulher, nem a mulher no homem, tem que sentar e conversar. Tem homem que só bebe e bate na mulher, que cuida do filho o dia inteiro, tem que ser punido.” (A menina sussurrou): “ - meu pai”. Grupo de Discussão-Ação Jovem.

Diante da perspectiva adotada pela pesquisa, é possível relatar que apesar de ter certa semelhança entre as falas dos adolescentes participantes, foi possível identificar que as meninas mostraram - se mais sensíveis ao assunto, sendo que uma delas se emocionou ao relatar sobre o preconceito entre homem e mulher.

“Em casa, eu vivo em conflito com meu pai, que chega cansado, porque trabalha no açougue, então fica nervoso quando chega em casa e bate na minha mãe, que cuida da casa. Eu entendo que ele chega cansado, mas não concordo com as agressões. Por que o homem acha que é melhor em tudo. É difícil preconceito contra mulher, tem pessoas que acham que podem passar por cima das outras”.

Tendo como base estas prerrogativas, concluiu-se que os adolescentes têm uma visão crítica do assunto, pois os mesmos presenciaram tais modos de violência e conseguem interpretá-la de forma pacífica, entendendo que não é com mais violência que iremos extinguir a mesma.

Após avaliarmos esses dois projetos, pode-se perceber que tanto as crianças como os adolescentes, apresentaram grandes semelhanças de opiniões nos grupos de discussão, pois mesmo que tivessem idades divergentes, vivenciavam as mesmas experiências em seu cotidiano.

Diante da análise do conteúdo das falas dos sujeitos desta pesquisa, torna-se evidente que os resultados auferidos. Pelo trabalho no grupo focal, foram de significativa relevância e nota-se que as crianças e adolescentes de alguma forma já vivenciaram algum tipo de violência, seja ela intrafamiliar, física, psicológica entre outras, ocorridas no âmbito familiar ou não necessariamente (vizinho, parentes, amigos, etc.). Percebe-se também que a violência, parte do cotidiano da maioria marcou a infância ou a adolescência desses indivíduos conforme observação teórica levantada neste estudo.

Cabe ainda salientar que, a violência de gênero abrange toda a massa social e não apenas segmentos como a criança e o adolescente. Entretanto, este trabalho teve como o objetivo discutir o assunto da violência contra a mulher e a forma como ela se reflete nas crianças e adolescentes dos projetos sociais referidos.

Todavia, é fundamental que esses sujeitos repassem esses preceitos por eles assumidos, tais como a não-agressão às mulheres, a concepção igualitária de direitos, o acesso aos bens e serviços, bem como a superação dos preconceitos, entendendo que a nova geração contribuirá para que ocorram tais mudanças. É necessário ainda destacar a importância dos projetos sociais educativos na construção desses indivíduos.

Esta e outras temáticas devem ser trabalhadas dentro dos projetos, através de atividades sócio-educativas que atendam tais demandas, como a questão da violência de gênero.

Todavia, o profissional de Serviço Social por se destacar no enfrentamento das questões sociais, deve ter um olhar crítico sobre conhecimento da realidade e estar munido de instrumentais articulados em redes de atendimento às políticas públicas e dar respostas profissionais sustentáveis a essa problemática. Pois, segundo (Nome completo) lamamoto, (2007, p. 53)

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

São diversas as dificuldades que o profissional enfrenta no trabalho de ampliação e efetivação dos direitos da mulher, devido ao próprio contexto social em que vivemos. Mas, é no cotidiano profissional que vão se construindo as respostas, as diversas possibilidades de enfrentamento do problema, dentro e fora das instituições, entendendo-se que essas possibilidades podem existir através de parcerias e redes sociais de atendimento à mulher e que é possível uma atuação voltada para a perspectiva de respeito e cumprimento dos direitos das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas considerações expressam a síntese do estudo realizado ao longo deste trabalho, através da análise em torno do objeto de pesquisa.

Como descrito nos primeiros capítulos deste trabalho, a violência de gênero é uma expressão da questão social permeada por seus determinantes históricos, sociais e culturais.

Contudo, abordamos especificamente as representações sociais atribuídas a uma “sociedade falocrata”, ou seja, uma sociedade onde o sexo masculino predomina em relação ao feminino. Dessa maneira, se torna explícito na sociedade a suposta inferioridade da mulher, fazendo-se necessária uma reconceituação e uma reconstrução das relações de gênero.

Indagamos também, sobre a política pública e o papel dos projetos sociais no enfrentamento da questão de gênero, para atender a forma sistemática e gradual de elaboração do trabalho embasado na política de atendimento à criança e adolescente aos quais foram aplicadas as questões norteadoras do tema.

Assim, verificou-se que havia necessidade de realizar uma pesquisa de campo e por esse motivo recorreremos aos projetos sociais onde crianças e adolescentes foram nosso público alvo e onde realizamos os grupos focais. Nesses grupos foi analisada a forma com os pesquisados dos projetos Criança Cidadã e Ação Jovem, representavam a questão de gênero, para melhor sustentar os objetivos apresentados no trabalho.

O presente estudo demonstra que, tanto as crianças como os adolescentes, mostraram-se integrados ao assunto, alguns mais expressivos, outros mais reservados, mas todos de certa forma contribuíram através de suas falas, expressões e sentimentos. Registramos neste trabalho as expressivas narrativas das crianças e dos adolescentes, pois através delas pudemos perceber a indignação a respeito das agressões, de modo a apontar que a prática da violência apenas irá gerar mais violência.

Sob tal perspectiva, constatamos que houve grande semelhança entre os grupos, pelo fato da temática ser abrangente e impactante na realidade desses sujeitos, que vivenciam vários modos de agressão contra a mulher em seu cotidiano.

Portanto, analisamos através dos estudos realizados que as expressões da violência contra mulher são abordadas, assim como mostram os relatos das crianças e adolescentes. Relatos esses, verídicos, sempre muito bem estruturados, pautados por idéias e ideais humanitários, acompanhados de exemplos que enriqueceram nossa análise.

Este estudo superou nossas expectativas, pelo fato dos participantes exporem situações que envolviam atos de violência e conseguirem perceber que essas ações não eram condizentes com o que é entendido como correto.

Entretanto, chamamos a atenção para a educação contínua, pois mesmo que estas crianças e adolescentes abordados tenham uma visão crítica sobre o tema, devemos entender que infelizmente apenas uma pequena parcela das crianças e adolescentes possuem este senso crítico. O preconceito social engendrado na sociedade perpassa todas as gerações, afeta todas as camadas sociais, fazendo com que a desigualdade de gênero se reconstrua historicamente com novas potencialidades e especificidades.

Concluimos que o trabalho do Assistente Social se faz primordial nesse processo, pois articulado com o Projeto Ético Político do Serviço Social, sua ação é pautada no reconhecimento da liberdade como valor central, ou seja, a liberdade é entendida historicamente, atribuindo ao cidadão a possibilidade de escolher alternativas concretas. Assim, amparado por leis e políticas públicas, tem-se a esperança da construção de uma nova ordem social, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, D.S. **Formação Histórica de uma Cidade pioneira paulista.** 1972. 339 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP de Presidente Prudente, 1972.

ALMEIDA, C. de. **Conseqüências do abuso sexual intrafamiliar.** 2003. 106 f. Monografia (Graduação) - Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo", Presidente Prudente, 2003.

ÁRIES, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social:** intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras, 2007.

BARREIRA, M. C. R. N. **Avaliação Participativa de Programas Sociais.** São Paulo: Veras, 2002.

BITTENCOURT, H. V. **Vidas Marcadas:** um estudo das relações de gênero na família em Lages. Florianópolis: UFSC- SC, 2001, 115 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

BONETTI, D. A. (org.). **Serviço Social e Ética:** convite a uma nova práxis. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANDÃO, M. L. R. (org.). **Mulher e Relação de Gênero.** São Paulo: Loyola, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Nº. 8069, 13 de Julho de 1990.

BRASIL. **Legislação Brasileira para o Serviço Social**. São Paulo: CRESS, 2º ed, 2006.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei Federal nº 8742/93, 07 de Dezembro de 1993.

BRUSCHINI, C. **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Ed. 34, 1998.

BRUSCHINI, C; (org). **Tempos e lugares do gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2001.

CFESS, **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Nº. 273 13 DE Março de 1993.

Conselho Regional de Assistentes Sociais - 9ª. Região. **O que é o CRAS**. São Paulo: CRAS, s.d. 35 p.

DEL PRIORE, M. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto / Unesp, 1997.

FREITAG, B. **Escola, Estado E Sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FRITH, S. **Crítica a teoria da Sub-Cultura**. Londres: The Sociology of Youth, 1984.

GABEL, M. (org). **Crianças vítimas de abuso sexual**. Summus Editorial: São Paulo, 1997.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1992.

GREGORI, M.F.G. **Cenas e queixas em estudo sobre as mulheres**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A, 1992

IAMAMOTO, M.V. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. – São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

JODELET, D. **Representações Sociais: fenômenos, conceitos e teoria.**In. Moscovici.S.Psicologia Social .Paris :Ed Universidade da Fraca, 1984.

Juventude e Algumas Questões e Relações de Gênero. Disponível em <<http://www.scol.com.br/mneme>> Acesso em 08 ago. 2008.

KEHL, M. R. **Lugares do Feminino e do Masculino na Família.** In: **A Criança na Contemporaneidade e a Psicanálise:** Família e Sociedade: Diálogos Interdisciplinares. São Paulo: Casa do psicólogo, 2001.

LEONTIEV, A. O Homem e a cultura. In: **O desenvolvimento do psiquismo.** Trad. Manoel Dias Duarte. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.

LEVI, G. **História dos Jovens: da Antiguidade à Era Moderna.**Vol.1.São Paulo:Cia das Letras, 1995.

LOURO, G.L. **Gênero, Sexualidade e Educação :** uma perspectiva pós-estruturalista.3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. _____. **Prendas e Anti-prendas:** uma escola de mulheres. Porto Alegre: UFRGS,1987.

MARTINEZ, S.D.T. **A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes:** Questão de Gênero.2004,123 f, Pós-graduação (Serviço Social), 2004. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

MCROBBIE,A. **Garotas e Subculturas,** 1996. Disponível em <<http://www.scol.com.br/mneme>> Acesso em 08 ago. 2008.

MICHAUD, Y. **A Violência.** São Paulo: Ática, 1989.

NEDER, G. **Violência e Cidadania.** Porto Alegre: Editor Fabris, 1994.

NETO, O. C. **Grupos focais e pesquisa social qualitativa:** o debate orientado como técnica de investigação. Brasília: Cortez, 1988.

POSTER, M. **Teoria Crítica da Família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Projeto Ação Jovem. Disponível em: <<http://www.recriaprudente.org.br>> . Acesso em: 22 ago. 2008.

Projeto Criança Cidadã. Disponível em: <<http://www.recriaprudente.org.br>>. Acesso em 22 ago. 2008.

SALAZAR, M. C. A. **Resignificando Valores na Família:** em busca de uma nova ética. Disponível em: <<http://www.revistapsicologia.com.br/revista44D/index.htm>> Acesso em: 02 jan. 2008.

SALLES, L. M. F. **Adolescência, Escola e Cotidiano:** Contradições entre o genérico e o particular. Piracicaba: UNIMEP, 1998. Disponível em <<http://www.diplo.com.br/aberto/0102/22.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

SCOTT, J. "**Gênero** : uma categoria útil de análise histórica". Volume 16, nº 2, Porto Alegre: Educação e Realidade, 1990.

SERRÃO, M. **Aprendendo a Ser e a Conviver.** 2ed- São Paulo: FTD, 1999.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social.** Cortez- São Paulo, 2007.

Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Disponível em <<http://www.desenvolvimentosocial.gov.br/>>. Acesso em 20 ago. 2008.

TÁVOLA, A. **A violência contra a mulher.** Centro de documentação e informação: Brasília, 1993

TELLES, Inocêncio Galvão. **Manual dos contratos em geral.** 4. ed., atual. Coimbra: Coimbra Ed., 2002.

THOMPSON, E. P. **Formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3volumes.

TIENE, I. **Mulher Moradora de Rua:** entre vivencias e políticas sociais. Campinas: Alínea, 2004.

VOLPI, M. **O Adolescente e o Ato Infracional.** São Paulo: Cortez, 1997.

ANEXOS

ANEXO A - Descrição do Projeto Criança Cidadã.

Projeto Criança Cidadã.

É um serviço de complementação à escola, desenvolvido em núcleos descentralizados, localizados em regiões com concentração de pobreza. Sua proposta constitui garantia do acesso do grupo-juvenil ao seu direito à proteção e desenvolvimento integral proporcionando oportunidades de adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades e atitudes que provoquem impacto positivo na qualidade de vida da criança, da família e da comunidade.

Demanda Atendida: Criança e adolescente de 07 a 14 anos em situação de risco social e pessoal - 1450 crianças e adolescentes

Horário de funcionamento: 8h00 as 12h00 / 13h00 as 17h00.

No município de Presidente Prudente, este projeto pode ser encontrado nos seguintes endereços:

- ALEXANDRINA - Rua. João Marques Nogueira, Esquina c/ a Rua José Elias Costa – Parque Alexandrina Telefone: (18) 3905-0254
- ANA JACINTA - Rua João Peterman, 207-A – Ana Jacinta
Telefone: (18)3909-0323
- BRASIL NOVO - Rua Julio Aranha,180 – Conj. Habitacional Brasil Novo
Telefone: (18)3905-0303
- CIDADE DA CRIANÇA - Sede na Cidade da Criança
Telefone: (18) 3223-1484
- MONTALVÃO – Rua dos Expedicionarios, 57 – Montalvão Telefone: (18)
3913-0213
- MONTE ALTO – Rua Joaquim P. Paixão, 227 (Escola Krisan Martins) –
Jardim Monte Alto - Telefone: (18) 3906-0331
- MORADA DO SOL - Rua Amélia Álvares Gomes, 10 – Jardim Morada do Sol -
Telefone: (18) 3905-0234

- NOCHETTE -Rua Nossa Senhora de Lourdes, s/n – Nochette Telefone: (18)3905-0238
- SABARÁ - Rua Joaquim Tofaneli, S/N – Jardim Sabará
Telefone: (18) 3907-0324
- VILA ITI - Rua Antônio L. Santos, 66 - Vila Iti – Ginásio de Esportes da Vila Iti
– Telefone: (18) 3223-0495
- AUGUSTO DE PAULA – Rua Daniel de Oliveira, 15 – Jardim Augusto de Paula – Telefone: (18) 3905-0306
- CAMBUCI – Rua Ricardo Tonzi, 35 – Jardim Cambuci.
Telefone: (18) 3916-0737
- SITIO SÃO PEDRO - Rua Elpidio Alves Boa Sorte,530 – Sitio São Pedro -
Telefone: (18)3916-0537

ANEXO B - Decreto Nº 52361/2007, que dispõe sobre o Projeto Ação Jovem.

DECRETO Nº 52.361,
DE 13 DE NOVEMBRO DE
2007 Dispõe sobre o Programa Ação
Jovem e dá
providências correlatas
JOSÉ SERRA, Governador do Estado
de São Paulo,
no uso de suas atribuições legais,
Considerando o disposto no artigo 227
da Constituição
Federal, bem como o estabelecido no
inciso II,
do artigo 2º da Lei federal nº 8.742, de
7 de dezembro
de 1993 - Lei Orgânica da Assistência
Social - LOAS;
Considerando que o Ação Jovem,
criado em 2004
como projeto, alcançou êxito e desde
seu lançamento
beneficiou 155.390 jovens em 638
municípios do Estado
de São Paulo, justificando agora a sua
ampliação e
continuação como Programa Ação
Jovem;
Considerando que a ênfase a ser dada
ao programa,
além da conclusão da escolaridade
básica, estará
pautada, também, na capacitação e
iniciação profissional
para os jovens, em conformidade com
a Lei do
Aprendiz, mediante parceria com a
Secretaria de Relações
do Trabalho - SERT,
Decreta:
Artigo 1º - Fica criado o Programa
Ação Jovem que
tem por objetivo promover a inclusão
social de jovens,
na faixa etária de 15 (quinze) a
24(vinte e quatro) anos,
pertencentes a famílias com renda “per
capita” mensal
de até meio salário-mínimo nacional,
mediante a

transferência direta de renda, como
apoio financeiro
temporário para estimular a conclusão
da escolaridade
básica, somada a ações
complementares e de apoio à
iniciação profissional.
Parágrafo único - O Programa Ação
Jovem terá
abrangência estadual e dará prioridade
aos jovens residentes
nas Regiões Metropolitanas do Estado
de São
Paulo, especialmente àqueles
residentes na Capital.
Artigo 2º - São objetivos específicos do
Programa
Ação Jovem:
I - incentivar o retorno e/ou a
permanência do
jovem na escola;
II - melhorar o desempenho escolar;
III - estimular a conclusão do ensino
médio;
IV - promover ações complementares;
V - propiciar o acesso a cursos
profissionalizantes;
VI - favorecer a iniciação no mercado
de trabalho.
Artigo 3º - Os jovens serão
selecionados para participar
do programa, de acordo com os
seguintes critérios
de elegibilidade e de seleção:
I - critérios de elegibilidade:
a) ter de 15(quinze) a 24(vinte e
quatro) anos de
idade;
b) estar com o ensino fundamental
e/ou médio
incompleto;
c) ter renda “per capita” familiar
mensal de até
meio salário-mínimo nacional;
d) estar matriculado no ensino regular
de educação
básica ou Ensino de Jovens e Adultos
- EJA Presencial;

II - critérios de seleção:

a) pertencer à família com menor renda "per capita"

mensal;

b) residir, prioritariamente, nos setores censitários

de alta e altíssima vulnerabilidade e concentração de

pobreza.

Artigo 4º - O período de permanência do jovem no

programa é de 12 (doze) meses, podendo, mediante

reavaliação dos dados cadastrais, ser prorrogado por

iguais períodos até o limite de 36(trinta e seis) meses.

Parágrafo único - Por descumprimento das condicionalidades,

relacionadas no artigo 5º deste decreto,

o jovem poderá ser desligado do programa a qualquer

tempo.

Artigo 5º - O jovem participante do programa

deverá cumprir as seguintes condicionalidades:

I - frequência escolar mínima de 85% (oitenta e

cinco por cento), por semestre;

II - aprovação escolar, de acordo com o sistema em

que está matriculado;

III - frequência nas atividades complementares oferecidas

pelo município;

IV - comprovação de vacinações obrigatórias para

faixa etária;

V - comprovação de consultas prénatal ou pósnatal,

caso seja gestante ou lactante.

Artigo 6º - O valor do benefício a ser pago ao

jovem participante do Programa Ação Jovem poderá

variar de acordo com o município de seu domicílio.

§ 1º - A Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento

Social, mediante resolução de seu Titular,

fixará o valor do benefício nas Normas Operacionais

Básicas do Programa Ação Jovem.

§ 2º - O pagamento do subsídio financeiro ao

jovem participante do Programa Ação Jovem será efetuado,

mensalmente pela Secretaria Estadual de Assistência

e Desenvolvimento Social, por meio de cartão

eletrônico, emitido por instituição bancária.

Artigo 7º - Os beneficiários do Programa Ação

Jovem poderão ser premiados segundo o seu desempenho

escolar.

Parágrafo único - O tipo de premiação de que trata

este artigo, bem como o percentual de beneficiários a

serem contemplados, serão definidos mediante resolução

do Titular da Secretaria Estadual de Assistência e

Desenvolvimento Social, nas Normas Operacionais

Básicas do Programa Ação Jovem.

Artigo 8º - A qualidade de gestão dos municípios,

no que se refere ao desenvolvimento das ações locais

do programa, será avaliada mediante Índice de Gestão.

Parágrafo único - Os indicadores que irão compor o

Índice de Gestão de que trata este artigo e sua regulamentação

serão definidos nas Normas Operacionais

Básicas do Programa Ação Jovem, objeto de resolução

do Titular da Secretaria Estadual de Assistência e

Desenvolvimento Social.

Artigo 9º - O Programa Ação Jovem é um programa

multisetorial e será desenvolvido pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social em parceria com as Secretarias da Educação, do Emprego e Relações do Trabalho, de Desenvolvimento, da Saúde e Municípios do Estado de São Paulo, bem como, quando for o caso, com outros órgãos estaduais e organizações do segundo e terceiro setor.

§ 1º - A coordenação geral do Programa Ação Jovem é da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, por intermédio de seu órgão gestor.

§ 2º - Às Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social - DRADS, da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, no âmbito de suas respectivas regiões, caberá a supervisão das ações do Programa Ação Jovem.

§ 3º - Os municípios poderão aderir ao programa por meio de Termo de Adesão, observados os critérios e as condições estabelecidas neste decreto e nas Normas Operacionais Básicas do Programa Ação Jovem, objeto de resolução do Titular da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social.

§ 4º - A parceria com outros órgãos estaduais, entidades sociais e organizações da sociedade civil, visando à execução do programa, será efetuada mediante instrumentos específicos.

Artigo 10 - Compete à Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social:

- I - divulgar o Programa Ação Jovem;
- II - definir critérios de partilha de metas;
- III - estimular a adesão dos municípios ao programa;
- IV - promover a capacitação dos municípios parceiros para a execução do programa;
- V - co-financiar ações complementares ao programa;
- VI - disponibilizar aos municípios o acesso ao Sistema Pró-Social do Governo do Estado de São Paulo, visando o cadastramento dos jovens por meio eletrônico e ao sistema informatizado gerencial do Programa Ação Jovem;
- VII - garantir o pagamento do subsídio financeiro;
- VIII - disponibilizar aos municípios material de divulgação do programa;
- IX - disponibilizar aos municípios a relação de escolas com menores índices de desempenho;
- X - administrar as informações dos jovens beneficiários registradas no Sistema Pró-Social;
- XI - disponibilizar, por meio das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social - DRADS, apoio técnico aos municípios e demais parceiros;
- XII - supervisionar, por meio das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social - DRADS, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades e critérios estabelecidos pelo programa, nas ações desenvolvidas pelos municípios;
- XIII - monitorar e avaliar, periodicamente, o andamento do programa e os resultados apresentados;
- XIV - emitir relatórios gerenciais periódicos sobre o

desenvolvimento das ações do programa no âmbito regional e estadual;

XV - promover a divulgação das experiências positivas voltadas para a juventude que sirvam de exemplo

para o aprimoramento das ações do programa, no âmbito do Estado;

XVI - propor as alterações que se fizerem necessárias para o aprimoramento do programa, conforme o resultado das avaliações.

Artigo 11 - Compete à Secretaria da Educação:

I - ofertar vagas nos cursos de ensino regular de educação básica e Ensino de Jovens e Adultos - EJA Presencial, aos jovens selecionados para participar do programa;

II - informar bimestralmente a frequência escolar dos jovens participantes do programa;

III - informar a aprovação/reprovação e conceito

escolar dos beneficiários do programa;

IV - informar quais são as escolas com os menores

índices de desempenho.

Artigo 12 - Compete à Secretaria da Saúde:

I - contribuir na construção de mecanismos de controle de vacinação dos jovens participantes do programa;

II - contribuir na construção de mecanismo de controle

da frequência das beneficiárias às consultas pré-natal

ou pós-natal, quando for o caso;

III - contribuir na divulgação das ações desenvolvidas

pelo Sistema Único de Saúde - SUS, relacionadas à

prevenção da gravidez precoce e indesejada, doenças

sexualmente transmissíveis,

orientação sexual e o

necessário acompanhamento médico.

Artigo 13 - Compete à Secretaria de Desenvolvimento

identificar os alunos das escolas técnicas do Centro

Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza", com

perfil para participar do Programa Ação Jovem, promovendo

o encaminhamento às prefeituras municipais

como demanda potencial para o processo de inscrição e

seleção, com vistas à participação no programa.

Artigo 14 - Compete à Secretaria do Emprego e

Relações do Trabalho priorizar, nas regiões de abrangência

de seu programa de capacitação e iniciação

profissional para jovens, em conformidade com a Lei

do Aprendiz, a oferta de vagas para os jovens participantes

do Programa Ação Jovem.

Artigo 15 - Compete aos Municípios:

I - firmar Termo de Adesão ao programa, manifestando

aceitação às normas estabelecidas neste decreto,

bem como ao disposto nas Normas Operacionais

Básicas do Programa Ação Jovem, objeto de resolução

do Titular da Secretaria Estadual de Assistência e

Desenvolvimento Social;

II - designar técnico responsável pela execução

local do programa;

III - divulgar o programa no município;

IV - identificar, selecionar e cadastrar, mediante as

condições e critérios estabelecidos, os jovens do município

em situação de vulnerabilidade social;

V - efetuar o cadastramento dos jovens selecionados

e de seus familiares no Sistema Pró-Social;

VI - cadastrar no Sistema Pró-Social a demanda potencial de jovens aptos a participar do programa e seus familiares;

VII - selecionar, mediante os critérios do programa, os jovens encaminhados pelas escolas técnicas do Centro Estadual de Educação Técnica "Paula Souza", visando sua participação no Programa Ação Jovem;

VIII - garantir que os beneficiários tenham informação sobre os objetivos e condicionalidades do programa;

IX - garantir a fidedignidade das informações registradas no formulário do Sistema Pró-Social;

X - manter atualizados os dados registrados no Sistema Pró-Social, ao longo de todo o período de ligação do beneficiário com o programa;

XI - desenvolver e custear ações complementares voltadas aos jovens participantes do programa;

XII - priorizar no seu Plano Municipal de Assistência Social as ações complementares voltadas aos jovens participantes do Programa Ação Jovem, caso queira utilizar, no seu custeio, recursos estaduais repassados pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social mediante o convênio único;

XIII - preencher o instrumental de avaliação do período de permanência do jovem no programa;

XIV - acompanhar, periodicamente, o jovem beneficiário no cumprimento dos critérios e condicionalidades do programa;

XV - verificar o interesse dos jovens a fim de providenciar o encaminhamento, de acordo com o perfil solicitado e as vagas disponíveis, para capacitação e iniciação profissional, em conformidade com a Lei do Aprendiz;

XVI - comunicar ao beneficiário quando ocorrer o seu desligamento do programa;

XVII - providenciar, quando for o caso e mediante avaliação, o desligamento do jovem do programa ou a prorrogação do prazo para recebimento do benefício;

XVIII - promover o controle e o monitoramento das ações do programa, no âmbito do seu respectivo território, sob a supervisão da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social- DRADS, da sua região;

XIX - estabelecer parceria no âmbito local com as áreas de Educação e Saúde;

XX - alimentar, periodicamente, no sistema informatizado do Programa Ação Jovem, os instrumentais de monitoramento e avaliação;

XXI - assumir a responsabilidade pela intersetorialidade local;

XXII - integrar as ações do Programa Ação Jovem aos Serviços de Proteção Social Básica executadas nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS.

Artigo 16 - As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente dos órgãos envolvidos.

Artigo 17 - O Titular da Secretaria Estadual de

Assistência e Desenvolvimento Social, mediante resolução, estabelecerá as normas operacionais básicas que regulamentarão a execução do Programa Ação Jovem, no prazo de 60(sessenta) dias a contar da data de publicação deste decreto.

Artigo 18 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 49.807, de 21 de julho de 2005.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de novembro de 2007

JOSÉ SERRA

Carlos Americo Pacheco
Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente

da Secretaria de Desenvolvimento
Maria Helena Guimarães de Castro
Secretária da Educação

Rogério Pinto Coelho Amato
Secretário Estadual de Assistência e Desenvolvimento

Social

Luiz Roberto Barradas Barata

Secretário da Saúde

Guilherme Afif Domingos

Secretário do Emprego e Relações
Trabalho

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 13 de
novembro de 2007.

